

Necrópoles proto-históricas do sul de Portugal: o mundo oriental e orientalizante

Ana Margarida ARRUDA - Lisboa

A D. Manuel Pellicer,
que, há muitos anos, em Palmela,
me ensinou o Cerro Macareno.

1. Introdução

Nos últimos 20 anos, a investigação sobre presença e o comércio fenícios no território actualmente português sofreu um incremento muito significativo. O colóquio que, em 1992, decorreu na Universidade Nova de Lisboa («Os fenícios no Ocidente»), reflectia já o interesse sobre o tema, bem como a multiplicação de trabalhos arqueológicos em sítios onde a influência oriental estava documentada. A publicação das actas do referido colóquio (TAVARES, ED., 1993) marcou pois uma nova era da pesquisa, tendo sido possível divulgar novos sítios e reavaliar outros já conhecidos. Os trabalhos arqueológicos que desde a década de 80 do século XX incidiram em numerosas jazidas do Centro e Sul de Portugal, cujos resultados foram então tornados públicos, permitiram esclarecer que a presença de fenícios ocidentais no litoral atlântico da Península Ibérica excedia em muito o que se conhecia até então.

O mesmo colóquio, e, sobretudo, a sua publicação, colocaram Portugal no mapa da colonização fenícia Ocidental e, rapidamente, os dados portugueses passaram a

integrar as sínteses entretanto produzidas (BLAZQUEZ, WAGNER e ALVAR, 1999; AUBET, 1994) e a ser utilizados na avaliação de fenómenos diversos, mas com o tema relacionados (ALVAR, 1995).

Em alguns dos sítios dados a conhecer em 1992, as escavações prosseguiram, concretamente em Abul, Santa Olaia, Santarém, Lisboa e Almaraz, tendo sido possível obter novos elementos sobre a presença de populações com origem oriental em Portugal, durante a Idade do Ferro.

Outros sítios, também já conhecidos, mas não suficientemente divulgados, foram ainda objecto de novas escavações, como por exemplo o Castelo de Castro Marim, bem como outros entretanto identificados, concretamente Tavira.

A realidade do orientalismo sidérico português foi sendo divulgada (MAYET e SILVA, 2001; ARRUDA 2002), e os novos dados ajudaram a traçar quadros mais desenvolvidos e a reavaliar e reanalisar a informação antiga. Algumas sínteses estão já publicadas e o fenómeno foi devidamente enquadrado no âmbito da colonização fenícia ocidental (IBID.).

Muito resumidamente, pode dizer-se que os dados actualmente disponíveis permitem afirmar que a presença de fenícios ocidentais em Portugal aconteceu num momento relativamente precoce, que pode situar-se, em cronologia histórica em meados/segunda metade do século VIII a.C. Essa presença foi também intensa, apesar de parecer claro que ocorreu simplesmente no litoral, mais concretamente no estuário de alguns rios. Convém ainda acrescentar que o contacto com a população indígena provocou profundas alterações nos sistemas sociais e políticos autóctones, e serviu também para divulgar um vasto conjunto de inovações tecnológicas.

Contudo, o incremento que os estudos fenícios conheceram em Portugal nas últimas décadas foi sentido predominantemente no mundo dos vivos. Efectivamente, nenhuma das escavações que tiveram lugar em qualquer dos lugares de habitat anteriormente citados conduziu à identificação das necrópoles respectivas. Assim, os dados que hoje podemos manipular para analisar as realidades funerárias que acompanharam o movimento, para ocidente, dos fenícios ocidentais são de reduzida dimensão e expressão. A escassez de informação é apenas colmatada pelos já muito conhecidos elementos proporcionados pela necrópole do Senhor dos Mártires de Alcácer do Sal e ainda pelos que, na década de 70 do século XX, foram encontrados na região do Baixo Alentejo. Os dados da sepultura do Gaio e da de Torres Vedras, na

fachada ocidental portuguesa e os que, no século XIX, foram recuperados nas necrópoles algarvias, não ajudam a iluminar a opacidade da imagem traçada no quadro do mundo funerário português durante a Idade do Ferro.

Estes dados, por serem escassos e em boa parte descontextualizados, levantam também, e por várias razões, muitos problemas interpretativos, sendo, no entanto os únicos que possibilitam uma qualquer síntese sobre o mundo funerário proto-histórico de matriz mediterrânea.

Assim, escrever sobre práticas e rituais funerários do Sul de Portugal durante a Proto-história não é tarefa simples, não resistindo uma vez mais à tentação de gritar o lamento positivista que a escassez de informação quase sempre provoca.

Neste trabalho, será dado destaque à necrópole do Senhor dos Mártires de Alcácer do Sal, não só por afinal ser daí que provem mais (mas nem sempre melhor) informação, mas também porque é a situação que melhor se relaciona com o tema deste colóquio.

Os dados das necrópoles algarvias serão ainda avaliados e as sepulturas do Gaio e de Torres Vedras serão revisatadas.

Desde a década de 70 do século XX, os contactos entre um litoral fortemente orientalizado e o Baixo Alentejo ficaram demonstrados, exactamente através da escavação de algumas necrópoles. Assim, esta região do interior Sul de Portugal não poderia ser ignorada.

2. O litoral ocidental

2.1. A necrópole do Senhor dos Mártires de alcácer do Sal

A importância da necrópole do Senhor dos Mártires, em Alcácer do Sal, deve ser destacada e advém, fundamentalmente, da sua evidente associação a um povoado, ao espólio recolhido, aos ritos funerários detectados e ainda às interpretações que tem suscitado.

A informação disponível sobre esta é, no entanto, muito reduzida, apesar das áreas investigadas terem já considerável extensão, resumindo-se, quase exclusivamente, ao pouco que foi dado à estampa por Vergílio Correia (1925a, 1925b, 1925c, 1928, 1930a e 1930b). Das várias campanhas de escavações das décadas de 70 e 80, dirigidas por António Cavaleiro Paixão, quase nada se sabe.

A limitação que a escassez de dados impõe à análise é pois profunda e incontornável.

O que pode deduzir-se do que está publicado é a existência de quatro tipos distintos de sepulturas, agrupados em dois grandes grupos, que correspondem a dois rituais distintos, concretamente a incineração *in situ* (tipos 3 e 4) e a incineração em *ustrinum* com posterior deposição das cinzas em urnas (tipos 1 e 2). Existindo algumas certezas sobre a sequência cronológica destes grupos, permanecem, contudo, muitas dúvidas sobre essa sequência. Assim, se parece indismantível que as incinerações *in situ* são efectivamente anteriores à incineração em *ustrinum*, não é seguro o momento em que a alteração do ritual acontece, tendo eu própria, em texto recente (ARRUDA, 2002), admitido a coexistência de ambos os rituais.

Os dados publicados, apesar de escassos, não permitem duvidar que a cremação em *ustrinum*, com deposição das cinzas em urna, foi posterior à cremação *in situ*, suposição que é ainda reforçada pela sequência estratigráfica que Vergílio Correia observou na necrópole e descreve, neste caso com alguma segurança (CORREIA, 1928: 177). No entanto, a posição estratigráfica do que Vergílio Correia definiu como 2º tipo de sepulturas obriga a algumas cautelas na interpretação. Segundo o arqueólogo que no início do século XX escavou em Alcácer do Sal, este tipo engloba ainda cremação em *ustrinum*, com deposição das cinzas em urnas, urnas essas que aparecem «...no terreno firme do fundo, sobre a própria rocha, que muitas vezes escavavam para tal efeito...» (IBID.: 175).

Para além de esta informação sobre a aposição estratigráfica das sepulturas do 2º tipo, existem ainda outras razões que permitem admitir a antiguidade destas sepulturas, nomeadamente o espólio que lhes estava associado, e a morfologia das próprias urnas e das suas tampas.

A relação cronológica entre os tipos 3 e 4, que partilham o mesmo ritual funerário (a incineração *in situ*), não é também clara. No entanto, a planta que António Cavaleiro Paixão publicou referente aos trabalhos que levou a efeito na necrópole em 1980 (1983: Fig.4) possibilita pensar que, de facto, a diferença entre os tipos 3 e 4 se situa ao nível da cronologia da ocupação, uma vez que é visível que algumas sepulturas «cortam» outras, o que pressupõe que a incineração *in situ* foi, efectivamente, prolongada no local, sendo óbvio que as que foram «cortadas» são anteriores às que se lhes sobrepõem.

Para além da relação estratigráfica das sepulturas de incineração *in situ* pressupor uma sequência cronológica, a própria morfologia dessas sepulturas indica leitura

idêntica. De facto, parece evidente que Virgílio Correia pode distinguir os seus tipo 3 e 4 por características formais distintas, parecendo claro que as suas sepulturas de tipo 4 correspondem ao que se convencionou denominar «sepultura de fossa com canal central», bem conhecidas por exemplo em Ibiza, Cádiz e ainda em Monte Sirai. Julgo que as palavras do arqueólogo da primeira metade do século XX permitem, de facto, esta conclusão, uma vez que, para as sepulturas de tipo 4, observou que a rocha «... era depois cortada em rectângulo, a modo de tanque, no fundo do qual se cavava nova tina rigorosamente rectangular ou trapezoidal...» (IBID.: 177). Esta descrição adapta-se, na perfeição, ao que é conhecido como «sepultura de fossa com canal central». Para o seu 3º grupo o arqueólogo da primeira metade do século apenas menciona que se trata de incineração *in situ* e que «É um tipo vulgar na necrópole, aparecendo a nódoa de cinza e restos de ossos, contendo pequenos vasos, armas e enfeites semi-calcinados, sobre a rocha de fundo...» (IBID.: 175).

Há indícios que a grande maioria das sepulturas escavadas por António Cavaleiro Paixão correspondem ao 4º tipo, apesar da planta publicada por este investigador (1983: fig.4) permitir considerar que o 3º foi também identificado. Este último trata-se, aparentemente, de uma sepultura de fossa simples, onde o canal central desaparece.

A associação de espólios a sepulturas foi exercício tentado por muitos investigadores que se debruçaram sobre Alcácer do Sal, mas o seu sucesso foi quase sempre muito limitado. No entanto, parece inegável que é às sepulturas de fossa com canal central que se devem associar os escaravelhos (CORREIA, 1925a; PAIXÃO, 1970; PAIXÃO, 1971; GAMER-WALLERT e PAIXÃO, 1983; PAIXÃO, 1983a) e ainda as lanças de tipo «Alcácer do Sal» (SCHÜLE, 1969; PAIXÃO, 1970; PAIXÃO, 1983a), bem como os restos das rodas dos carros encontrados tanto por Vergílio Correia como por Cavaleiro Paixão (CORREIA, 1925b e 1928; PAIXÃO, 1970)..

A ânfora que Cavaleiro Paixão (1970) e Susan Frankenstein (1997) publicam, e que é facilmente integrável no tipo 10.1.2.1 de Ramón Torres (1995), foi recolhida por Vergílio Correia na «Parte baixa da necrópole» (PAIXÃO, 1970: 72), não sendo perceptível o significado exacto desta indicação. No entanto, a morfologia e a datação (século VII-VI a.C., em cronologia tradicional) parecem indicar que a referida ânfora se enquadra no momento mais antigo da necrópole.

Não é impossível também pensar que as fibulas de dupla mola, Acebuchal, arco engrossado e arco pouco engrossado (CORREIA, 1930b; PAIXÃO, 1970; PONTE 1985)

correspondam também às sepulturas do 4º tipo, apesar de se desconhecer o exacto contexto da recolha da grande maioria dos exemplares, afirmando apenas Vergílio Correia que as fíbulas que recolheu na necrópole de Alcácer foram «...encontradas quer em sepulturas com espólio definido, quer avulsamente» (CORREIA, 1930b: 184).

O espólio indiscutivelmente recolhido nas sepulturas de tipo 4, e aquele que, com reservas, a elas se pode associar, aponta para uma datação relativamente antiga dentro da Idade do Ferro, que poderia centrar-se entre o século VII e os inícios do VI a.C., em cronologia tradicional. Por outro lado, importa referir que muito desse espólio apresenta uma origem mediterrânea evidente, e outro parece, pelo menos, inspirar-se nesse mesmo mundo oriental.

A origem mediterrânea dos escaravinhos de Alcácer do Sal, por exemplo, não pode ser desmentida, e é hoje seguro que as ânforas de tipo 10.1.2.1. de Ramón Torres foram produzidas na área meridional da Península Ibérica, concretamente nos centros fenícios da área do estreito de Gibraltar (RAMÓN TORRES, 1995). Relacionar as fíbulas de dupla mola e de Acebuchal com o mundo meridional não é também difícil, apesar da dispersão do primeiro dos tipos colocar algumas reservas a essa relação directa.

O espólio arqueológico que, indubitavelmente, se pode associar às sepulturas de tipo 3 possui uma cronologia, tradicional, que pode localizar-se, *grosso modo*, entre o final do século VII e o final do século VI a.C., talvez com uma incidência na segunda metade do VI a.C. De facto, se as lucernas de um só bico e mesmo os fechos de cinturão de garfo podem remeter ainda para os inícios do século VI, ou mesmo ainda para o final do VII, as fíbulas anulares permitem considerar uma cronologia mais tardia, embora ainda dentro da mesma centúria.

Se a relação entre os dois tipos de incineração *in situ* é, hoje, relativamente pacífica, torna-se quase impossível avaliar a hipotética sincronia entre eles e as sepulturas do tipo 2, onde um outro rito funerário foi identificado, concretamente a cremação em *ustrinum*, com posterior deposição em urna, sendo possível considerar várias hipóteses interpretativas. No entanto, e como já tive oportunidade de referir em outro trabalho (ARRUDA, 2002), os dados publicados por Vergílio Correia, completados com o que António Cavaleiro Paixão recolheu, permitem supor que as sepulturas de tipo 2 são, pelo menos em parte, coevas das de tipo 3. De facto, a sua posição topográfica e, sobretudo, o espólio que é possível associar-lhes fornecem indicações nesse sentido. Lembro que as urnas cinerárias são de tipo «Cruz del Negro» e que as lucer-

nas de um só bico foram encontradas junto dessas urnas, materiais que podem conferir antiguidade às sepulturas de tipo 2. Por outro lado, lucernas de uma só mecha fazem também parte do espólio recuperado nas sepulturas de tipo 3.

Assim, parece importante reter que os materiais arqueológicos que Virgílio Correia associou às suas sepulturas de tipo 2 evidenciam alguma antiguidade, concretamente as próprias urnas (de tipo «Cruz del Negro»), as lucernas de um só bico e mesmo os «pratos de peixe» ou seja o «...testo de asado coimbrão, de covo semi-esférico e abas direitas.» (CORREIA, 1928: 175).

Atribuir uma cronologia precisa a esta fase da necrópole não é, como já disse, tarefa fácil, sobretudo porque os materiais que se lhes referem nunca foram publicados, ou se o foram não sabemos se integravam os conjuntos sepulcrais das sepulturas de tipo 2. Não é, no entanto, impossível pensar que as lucernas publicadas por Susan Frankenstein (1997: 330, Lámina 58) sejam as que Vergílio Correia refere, sendo mais difícil, mas não impossível, considerar que os «testos de tipo asado coimbrão» correspondem aos pratos representados na lámina 57 do trabalho da investigadora alemã (IBID: 329).

Apesar de saber que esta associação de materiais às sepulturas de tipo 2 não é completamente segura, devo dizer que ela não me parece impossível, apesar da aparente discrepância cronológica entre as lucernas e os pratos de peixe. Se os últimos, pelas características morfológicas que apresentam - bordo sub-horizontal e muito largo (75 mm), depressão central troncocónica e fundo côncavo - (IBID.) podem datar-se de um momento relativamente avançado da Idade do Ferro (segunda metade do século VI - a primeira metade do V a.C., em cronologia tradicional), já as lucernas de um só bico indiciam cronologias bastante mais antigas, o que parece causar alguma perturbação. De facto, existem dados suficientes para considerar antigas as lucernas de um só bico, parecendo também evidente que estas dominam na área do Mediterrâneo Oriental, enquanto as lucernas de dois bicos, sendo mais frequentes no Ocidente, ocorrem preferencialmente em contexto tardios. No entanto, importa esclarecer que lucernas de um e dois bicos podem coexistir, sendo óbvio que a existência de uma ou duas mechas não constituem indicadores cronológicos seguros.

Retenho ainda do texto de Vergílio Correia a associação que faz entre as urnas que encontrou em Alcácer do Sal e as de Cruz del Negro. Uma vez mais, torna-se impossível saber se as referidas urnas das sepulturas de tipo 2 da necrópole do Senhor dos Mártires são as que foram publicadas por Susan Frankenstein (IBID.: 324, 325, lámina

48-50) ou António Cavaleiro Paixão (1970: 238). A informação de Vergílio Correia quanto a este aspecto não deve, no entanto, desprezar-se. Independentemente de desconhecer se os desenhos referidos correspondem ou não às urnas das sepulturas de tipo 2, importa assinalar que os materiais conhecidos pelos desenhos publicados são efectivamente urnas de tipo «Cruz del Negro». Trata-se de três peças (*IBID.*) de colo alto, cilíndrico ou troncocónico, corpo ovóide de tendência bicónica e fundo plano ou convexo. As características morfológicas e tecnológicas que estas urnas Cruz del Negro apresentam merecem ainda alguns comentários. Em primeiro lugar, deve destacar-se o facto das peças de Alcácer não possuírem o típico corpo globular das que foram encontradas no sítio epónimo. Na necrópole do Alentejo litoral, a pança é ovóide, adquirindo mesmo, num dos casos, um perfil quase troncocónico (FRANKENSTEIN, 1997: 48). Dissemelhanças observam-se também ao nível das asas, cuja secção é bífida apenas em um exemplar (*IBID.*: lámina 49), havendo outro em que a asa é circular (*IBID.*: lámina 54). Na asa da urna da lámina 53 (*IBID.*), o duplo rolo é apenas sugerido por um sulco central. Mais importante é o facto de uma das urnas de tipo «Cruz del Negro» de Alcácer do Sal ser fabricada à mão (*IBID.*: 321, 324, lámina 49). Apenas numa das peças é agora visível uma decoração pintada sobre a superfície externa, concretamente bandas sobre o bordo e na parte final da pança (*IBID.*: lámina 48).

As características morfológicas das urnas de Alcácer do Sal (forma da pança e perfil dos colos) parecem indicar uma cronologia relativamente tardia, que em datas tradicionais poderia situar-se já no século VI a.C., quiçá na sua segunda metade. No entanto, não quero descartar completamente a hipótese de a forma destas urnas poder ser apenas entendida como uma variante local das conhecidas urnas «Cruz del Negro» e de não adquirir portanto um qualquer significado cronológico.

Não poderia deixar de registar que a associação de urnas Cruz del Negro a lucernas de um só bico foi também verificada no sítio epónimo, o que pode revestir-se de alguma importância.

Tenho, no entanto, total consciência que todas as considerações produzidas a propósito destas peças, concretamente quanto à morfologia e datação, foram realizadas sem que tenha qualquer dado que confirme que elas correspondem às sepulturas de tipo 2 de Vergílio Correia.

Pode ainda deduzir-se dos dados publicados por Virgílio Correia que as urnas estavam depositadas sobre uma fossa escavada na rocha de base. Essa fossa, seria

pouco profunda e côncava e destinava-se a fornecer estabilidade às urnas, que seria ainda calçada com pedras de pequenas dimensões. As semelhanças entre esta situação e outras do Ocidente peninsular é clara, sendo o melhor exemplo o verificada nas necrópoles de Ibiza.

Para concluir diria que o Olival do Senhor dos Mártires foi utilizado como necrópole a partir de meados do século VII a.C., e até ao século VI foi praticada a incineração *in situ*, nas sepulturas dos tipos 4 (com canal central), primeiro e 3 (fossa simples), depois. Não é impossível pensar que, a partir de um determinado momento do século VI a.C., a deposição das cinzas em urna passa, também, a ser utilizada, sendo então coeva da incineração *in situ*, em fossa simples, parecendo evidente que o último rito acaba por ser abandonado no século V, ou ainda nos finais do VI a.C., momento em que a incineração em urna passa a ser exclusiva.

Esta proposta sobre a sequência dos enterramentos de Alcácer do Sal levantando, ainda, muitas interrogações, permite várias interpretações.

Ao admitir que as incinerações em urna e *in situ* coexistem durante algum tempo, é obrigatório que se tente compreender a razão da sincronia de dois rituais funerários distintos, o que manifestamente não é tarefa simples. Seria tentador relacionar a existência de dois rituais distintos e coevos com duas realidades étnicas diferenciadas, assumindo-se que a incineração *in situ*, corresponderia ao segmento populacional exógeno, neste caso fenício, uma vez que a tipologia das sepulturas de tipo 3 e 4 se assemelha, realmente, à verificada nas das necrópoles de Gadir (PEDRIGONES MORENO, 1991; PERDIGONES MORENO ET AL. 1990), Ibiza e mesmo da Sardenha. As incinerações em urna seriam praticadas pela população indígena, como sucede nas necrópoles autóctones do vale do Guadalquivir, por exemplo em Cruz del Negro.

Mesmo admitindo que no Castelo de Alcácer do Sal, sítio que indiscutivelmente corresponde à necrópole que se tem vindo a analisar, se instalaram grupos de fenícios ocidentais (ARRUDA, 2002), e que a população nativa se manteve no local, tenho consciência que a hipótese agora levantada carece de dados que as escavações até ao momento não proporcionaram.

As razões da coexistência dos dois ritos funerários, ainda que apenas visível num curto espaço de tempo (relativamente à utilização da necrópole), podem ser várias, e as interpretações possíveis para esta dualidade de rituais não devem esquecer que as diferenças que existem entre as sepulturas de tipo 3 e 4 e as sepulturas de

tipo 2 ultrapassam o rito praticado. Assim, enquanto nas sepulturas de tipo 3 está atestada a presença de armas, Vergílio Correia afirma expressamente que «Sob os ossuários [das sepulturas de tipo 2], nada de armas dobradas...» (CORREIA, 1928: 175).

Assim, poderia também pensar-se que os distintos rituais praticados não se relacionam directamente com a existência de população mista em Alcácer do Sal, ou não estão exclusivamente conectados com uma diferenciação cronológica, mas podem reflectir tão só diferenças ao nível do estatuto do incinerado. Tal como Carrilero Milán já assinalou (1993: 179), distintos rituais funerários podem apenas traduzir diversidade ao nível do sexo, idade, ou ainda diferenciados patamares na pirâmide social.

Talvez seja essa mesma diversidade que explique que até no mesmo tipo de sepulturas se verifiquem diferenças ao nível do espólio recolhido. Essas diferenças parecem ser evidentes, apesar de saber o perigo que constitui pretender extrair conclusões dos dados divulgados por Vergílio Correia, ou das reconstituições de espólios por sepultura realizadas sobre os espólios propriamente ditos.

No entanto as informações colhidas nos trabalhos de António Cavaleiro Paixão permitem confirmar, de algum modo, a existência de acentuadas diferenças ao nível da quantidade de espólio recolhido por sepultura. Concluir que estas dissemelhanças traduzem estatutos sociais distintos será, porventura, apressado e excessivamente reducionista, uma vez que uma diferenciação sexual ou etária, por exemplo, poderia também consubstanciar-se desta mesma forma. No entanto, parece inegável que determinados membros do grupo que habitava em Alcácer do Sal teriam oportunidade de, ao morrer, se fazerem acompanhar por determinados objectos que, usados ou não em vida, os distinguiam socialmente.

Gostaria ainda de referir que, a confirmar-se a hipótese de as incinerações in situ e em urna poderem ter ocorrido num mesmo momento da diacronia, os dois rituais funerários praticados não reflectem qualquer ruptura cultural. Penso também que nunca será de mais insistir que os materiais recuperados nessas sepulturas de tipo 2 (urnas Cruz del Negro, lucernas de um só bico, pratos de peixe) apresentam características orientalizantes indelévels, o que significa que não é possível atribuir-lhes uma qualquer origem continental. Mesmo admitindo que o ritual da incineração em ustrinum foi introduzido num momento avançado da utilização da necrópole, e que até esse momento as incinerações in situ foram exclusivas, parece claro que a matriz cultural mediterrânea se mantém ainda a partir do século VI a.C.

2.2. A sepultura do Gaio (Sines)

O já bem conhecido tesouro do Gaio constitui, no território actualmente português, um caso particular, não só pela quantidade de peças exumadas em conjunto, como sobretudo pela qualidade e riqueza que o caracteriza. As peças são provenientes de uma única sepultura rectangular, de tipo cista, encontrada no decorrer de trabalhos agrícolas na Herdade do Gaio, concelho de Sines (COSTA, 1966; *IBID*, 1972). Ao que parece, esta cista faria parte de uma necrópole mais vasta de que nada se conhece (*IBID*).

O tesouro integrava algumas peças de ouro (um colar articulado, um par de arrecadas e várias contas de colar), um conjunto diversificado de contas de colar de âmbar, cornalina e pasta vítrea, dois vasos de pasta vítrea, o que pode corresponder ao fundo de um «braseiro» e ainda um engaste em prata com escaravelho de cerâmica. Foi também recolhida uma pulseira de bronze (*IBID*).

O colar articulado é formado por 16 placas sub-rectangulares, de ouro, que estão decoradas por martelagem sobre matriz em relevo. O remate tubular que possuem na parte superior destinava-se, certamente, a permitir a passagem do fio de suspensão. A extremidade inferior de cada uma das placas é bipartida e está recortada. O motivo decorativo central de cada placa é um misto de cavalo e grifo alado, que repousa sobre duas palmetas abertas. Entre as duas palmetas é visível uma roseta.

O par de arrecadas de ouro apresenta-se com a forma de crescente lunar. Do corpo central, oco, irradiam 14 pequenas cabeças bifrontes, femininas, das quais partem 14 flores de lotus, abertas e caliciformes. A técnica decorativa utilizada foi a estampagem e o repuxado.

Tanto o colar articulado como as arrecadas, a que se podem ainda juntar contas bi-troncocónicas e um pendente em forma de bojeta, apresentam características de fabrico e decorativas com evidentes conotações mediterrâneas e tartéssicas orientalizantes. De facto, o repuxado e a estampagem sobre matriz foi também a técnica usada na decoração dos colares articulados do Carambolo e Ébora (ALMAGRO GORBEA, 1989), sendo óbvia a relação dos motivos decorativos com esse mesmo mundo orientalizante. A utilização do animal fabuloso e dos motivos fitomórficos, concretamente as palmetas que rematam a extremidade inferior, não deixam dúvidas sobre a inspiração oriental da iconografia representada no colar articulado do Gaio.

As arrecadas, cujo melhor paralelo peninsular é certamente o par do tesouro da Aliseda (BLÁZQUEZ, 1975; ALMAGRO GORBEA, 1977), apresentam características

formais, tecnológicas e decorativas perfeitamente assimiláveis à ourivesaria do mundo meridional tartéssico e/ou orientalizante. A forma, as flores de lotus, as cabeças bifrontes, a estampagem e o repuxado traduzem com clareza uma inspiração mediterrânea, que viria a afirmar-se no território meridional da Península Ibérica na 1ª metade do I milénio a.C.

De pasta vítrea, foi recolhido um *amphoriskos* e um fundo que pertenceu a um *alabastron*.

O primeiro apresenta as típicas características do grupo I de Harden (UBERTI, 1993: 476) - linhas amarelas formando espirais no ombro, no colo e na parte inferior da pansa; linhas ziguezagueantes verdes e amarelas na área mesial do corpo.

O fundo de *alabastron* integra-se, certamente, no mesmo grupo tipológico, apresentando o fundo linhas ziguezagueantes de cor branca.

Os unguentários de pasta vítrea do Grupo I de Harden são frequentes em toda a orla mediterrânea entre o século VI e o século IV a.C., contando-se exemplares na Sardenha, em Ibiza e na própria Fenícia (IBID.). Os exemplares do Gaio não destoam, quer formalmente quer do ponto de vista decorativo, dos típicos unguentários que Harden inventariou e classificou. Uma cronologia de meados do I milénio a.C. parece assim ser a mais aceitável.

O escaravelho é de cerâmica pintada e girava num engaste de prata, de forma elipsoidal. No cartucho, é visível o nome do faraó Thoutmôsis III, da XVIII dinastia.

As características do conjunto das jóias do Gaio, associadas aos restantes materiais, nomeadamente aos unguentários de vidro polícromo e ao escaravelho, não deixam dúvidas sobre o carácter oriental do espólio da sepultura em que foram recolhidos. A localização na costa ocidental portuguesa daquela necrópole torna claro que aquelas peças chegaram ao local por via marítima e que as viagens e a permanência no litoral português de fenícios ocidentais foram responsáveis pelo seu aparecimento no concelho de Sines.

É também importante registar que o aparecimento, numa única sepultura, do «tesouro» evidencia que o inumado que se fazia acompanhar por aquelas peças teria, certamente, um estatuto social distinto dos restantes membros do grupo em que estava inserido. Mesmo sabendo que se desconhece tudo das restantes sepulturas da necrópole do Gaio, não parece possível admitir que espólios similares fossem comuns a todas as restantes cistas, o que obriga a pensar numa leitura social daquela realidade arqueológica.

A necrópole do Gaio, e concretamente o seu «tesouro», permite afirmar que naquela região existiria um povoado onde um segmento da população tomou a seu cargo as relações com os grupos exógenos que frequentavam o litoral em que se localizava. Foi certamente um membro dessa elite que se fez acompanhar na morte pelo «tesouro».

Fica assim demonstrado que não foram apenas os grandes estuários as áreas tocadas pelo comércio e presença fenícios, mas que no litoral ocidental português, entre o *Promontorium Sacrum* e o Sado, não foi infrequente o contacto com o mundo oriental. Penso que é inquestionável que esse contacto foi promovido pelos fenícios ocidentais que se deslocavam entre Gadir e a foz do Mondego.

2.3. Sepulturas do Casal de S. João (Torres Vedras)

Junto ao actual cemitério de Torres Vedras, foi escavada, nos anos 60, uma sepultura de tipo cista que forneceu um *oinochos* e as duas asas de um «braseiro» (TRINDADE e FERREIRA, 1965). Ambas peças são de bronze.

O *oinochos* integra-se no tipo BI de GRAU-ZIMMERMANN (1978). Tem forma geral piriforme, corpo globular alongado e colo troncocónico. O fundo é plano, em pastilha, acusado exteriormente por um *bourrelet*. A separação entre o colo e o bojo está indicada por um cordão em relevo. O que resta da asa, fracturada na parte superior, permite verificar que era bipartida. Liga-se ao corpo, no cordão que separa o corpo do colo, através de uma palmeta em relevo, constituída por pétalas radiais, colocadas sobre duas volutas invertidas.

As asas da pátera, vasos tradicionalmente chamados «braseiros», são de secção circular e movem-se dentro de dois pequenos aros, que fazem parte de uma peça rígida, arredondada nas extremidades, que terminam em duas mãos estendidas. Se se atender aos paralelos conhecidos, esta peça fixava-se ao bordo de uma pátera através de remates em forma de roseta. O «braseiro» de Torres Vedras pertence ao Grupo 1 de Cuadrado (1966).

Ambas peças possuem uma evidente filiação oriental, estando bem documentadas na Península Ibérica em áreas orientalizadas, nomeadamente nas necrópoles dos Alcores, sendo ainda abundantes na Andaluzia e Extremadura espanhola. Se os protótipos destes objectos se devem procurar no Mediterrâneo, concretamente no seu extremo oriental, é muito provável que as peças hispânicas tenham sido produzidas em oficinas locais (indígenas ou fenícias), a partir de modelos orientais, como já foi

proposto (AUBET, 1984). A associação das duas peças numa mesma sepultura da fachada ocidental atlântica reveste-se de um significado muito particular, na medida em que os dois recipientes fazem parte, juntamente com os *thymiateria*, dos chamados «serviços rituais» da área tartéssica, parecendo desempenhar papel de relevo num ritual que valoriza a libação.

3. O Baixo Alentejo

Durante a segunda metade do século XX o interior Sul do território actualmente português, concretamente a região de Ourique, foi alvo de um intenso trabalho de prospecção e escavação, trabalho esse que resultou na descoberta de um importante núcleo de povoamento proto-histórico, que inclui não só sítios de *habitat* como as respectivas necrópoles (BEIRÃO, 1986). As características do espólio recolhido permitiram concluir que a esta região interior tinham chegado materiais de origem mediterrânea, sendo esta a base das teses sobre o carácter orientalizante desta Idade do Ferro.

Assim, é necessário começar por referir que a grande maioria das necrópoles da região de Ourique está, directa ou indirectamente, associada a um conjunto de pequenos núcleos de *habitat*, que em outro trabalho foram já alvo de estudo (ARRUDA, 2001).

Parece também importante não esquecer que a tipologia e a evolução cronológica da arquitectura funerária da região foram pela primeira vez abordadas por Caetano Beirão (1986), tendo sido alvo de sínteses mais recentes, já no decorrer da última década do século passado (CORREIA, 1993, SILVA E GOMES, 1992; ARRUDA, 2001).

De acordo com Virgílio Hipólito Correia, os diversos esquemas construtivos observados nas estruturas funerárias do Baixo Alentejo correspondem a diversas fases que se sucedem no tempo, observando-se, no entanto, características comuns a todas elas, concretamente o «...uso sistemático de monumentos construídos como *tumuli* ou *cairns* sobre as sepulturas...» (CORREIA, 1993: 356).

A arquitectura funerária desta região e neste período iniciou-se com a construção de monumentos funerários de planta circular, de grandes diâmetros, variando entre os 5 e os 7.5 m. Estes *tumuli* continham câmaras funerárias, cistóides, de planta rectangular, ou, mais frequentemente, quadrangular. O ritual praticado era o da inumação. Surgiram isolados (Monte de S. Luís, do Casarão, do Pego da Sobreira, do Monte do Coito, de Cruzes e do Carapetal II), ou integrados em conjuntos funerários

que apresentam outros monumentos construídos numa fase posterior, como é o caso de Fernão Vaz, Chada e Biscoitinhos, em que aos monumentos circulares se adossaram outros de distinta tipologia. Foram aliás os trabalhos arqueológicos efectuados nestas três últimas necrópoles referidas que, permitindo observar a existência de monumentos de diversas plantas, possibilitaram, através de uma análise cuidadosa, verificar a existência de uma evolução tipológica, necessariamente de acordo com distintos momentos da diacronia.

Ainda desta primeira fase, mas de um seu momento final, datariam os monumentos semicirculares, de que é conhecido o da necrópole do Cerro do Ouro, a que também se adossavam monumentos de outros tipos.

Deve ainda destacar-se que o monumento de Casarão se destaca no conjunto dos monumentos com túmulos circulares. Neste caso, a câmara sepulcral, de planta sub-quadrangular, apresentava um corredor semelhante aos que os monumentos megalíticos possuem, diferenciando-se destes, bem como do monumento da Roça do Casal do Meio, por exemplo, pela técnica construtiva da câmara sepulcral, que é do tipo cista.

A estes monumentos de planta circular encostaram-se túmulos quadrangulares, com câmara funerária central bem destacada, de planta quer rectangular, quer elipsoidal, coberta ou não por lages. A esta fase 2 correspondem os monumentos: 1 da necrópole do Mealha Nova; 1 do Pardieiro e 2B da Chada.

Mais tardios, inserindo-se na fase 3, são os restantes monumentos quadrangulares, sem dúvida os mais frequentes monumentos funerários da região de Ourique, surgindo, por exemplo, na Vaga da Cascalheira, Fonte Santa, Pêgo, Favela-a-Nova e Biscoitinhos. Neste momento, é frequente existirem, rodeando os tumuli, «...degraus, muitas vezes reduzidos a um pequeno soco, de uma única fiada de pedras...» (IBID., 359).

«O momento final da evolução da arquitectura funerária é representado por pequenos monumentos sub-quadrangulares, que aparecem normalmente isolados (casos da Atafona, Carapetal e Mestras), mas que em dois casos aparecem na periferia de necrópoles mais antigas, nomeadamente os monumentos 9 do Pardieiro e V do Pêgo» (IBID., 360). É nesta fase, com monumentos em Pi, que se data o início das incinerações em urna.

Um dos aspectos mais surpreendentes que ressalta do estudo das necrópoles de Ourique é a aparente coexistência dos rituais de inumação e incineração em todas as fases. Os dois rituais não parecem ser, portanto, mutuamente exclusivos e surgem «...em qualquer dos tipos de deposição ritual de mobiliário, em datas muito diversas» (IBID., 356).

Ainda quanto aos ritos funerários, é necessário ter também em atenção o mobiliário depositado.

Assim, deve destacar-se a grande quantidade de objectos de adorno, muito especialmente as contas de colar, devendo notar-se que em alguns casos esta deposição foi exclusiva (Pêgo: monumentos I, V e VI). Em outros, as contas de colar, de pasta vítrea oculadas, de resina, cornalina ou cerâmica surgiram associadas a outras jóias (escaravinhos, botão de ouro, ou amuletos de prata) e mesmo a outros objectos como armas e vasos cerâmicos.

A deposição de armas nas necrópoles de Ourique está também testemunhada, devendo realçar-se que se trata, maioritariamente, de pontas de lança (Chada, sector A T 2; sector B T1), estando também presentes as facas afalcatadas. Importante parece ser referir que estas armas, que apresentam tipologia muito simples, foram alvo do ritual de inutilização prévia à deposição, nomeadamente pela quebra da ponta da lança, cuja extremidade não é normalmente depositada. Este ritual está documentado no monumento 4 do Pêgo, por exemplo.

A primeira observação que os dados sugerem é o momento tardio em que as influências orientais são sentidas na região. Como já por diversas vezes referi, o que a cultura material evidencia é o facto de a Idade do Ferro parecer ter início, nesta região apenas no século VI a.C.. Esta constatação é também confirmada pelas datas de radiocarbono obtidas para as necrópoles de Favela Nova (2375 ± 50 BP, cal a.C. -475-395, GAMITO, 1991) e Pêgo (2425 ± 40 , cal A.C. -575 -415, ibidem) e não é desmentida pelas datações realizadas em Fernão Vaz (BEIRÃO e CORREIA, 1991; BEIRÃO e CORREIA, 1994).

Não vejo também quaisquer motivos para considerar que os monumentos funerários de planta circular (fase 1 de Virgílio Correia) datem do século VIII a.C.. Considerar a datação de radiocarbono da necrópole da Atalaia (KN-I.201 - sob madeira carbonizada - 2750 ± 50 B.P. 1105 - 800 a.C.) como uma data ante quem para esse momento da arquitectura funerária no Baixo Alentejo não possui qualquer base científica real. As similitudes arquitectónicas entre os monumentos funerários do Bronze II do Sudoeste e os túmulos de Casarão, Pego da Sobreira, Monte do Coito, Cruzes, Carapetal II, S. Luís e Fernão Vaz são, de facto, evidentes, mas não considero que permitam afirmar, taxativamente, que estes últimos se seguem, de imediato, aos primeiros.

Um outro aspecto que consegui reter do conjunto analisado diz respeito aos espólios recolhidos tanto nos *habitats* como nas necrópoles da área de Ourique. Tendo apenas por base o material que está publicado, atrevo-me a dizer que os espó-

lios, mesmo os provenientes das necrópoles, apresentam uma enorme pobreza tanto em termos de variabilidade como de qualidade, se por exemplo os comparamos com os que se conhecem das necrópoles do restante Sudoeste. La Joya, Setefilla, Achebual, Medellín, ou mesmo Alcácer do Sal ou Gaio, só para citar algumas, são, objectivamente, incomparáveis com as de Ourique, tanto quanto aos espólios recolhidos, como quanto à própria arquitectura funerária.

Sem querer debruçar-me, com qualquer profundidade sobre o tema, parece impossível, neste contexto, esquecer que a este mundo funerário está associada a maior concentração conhecida de lápides e estelas com escrita do Sudoeste. A origem mediterrânea do sistema utilizado parece inquestionável, independentemente de a área concreta a que possa associar-se os signos conhecidos.

O que separa a região de Ourique dos restantes «chefados peri-tartéssicos», para usar a expressão dos investigadores que estudaram a região (BEIRÃO, 1986; CORREIA, 1993), assume dimensões tão amplas que não pode ser ignorado. A própria comparação desta realidade com áreas relativamente próximas e igualmente interiores, como Castro Verde, por exemplo, não pode deixar de impressionar, dada a riqueza e a diversidade da cultura material que esta última região apresenta.

Por outro lado, gostaria de deixar claro que é absolutamente indesmentível que a Idade do Ferro da região de Ourique recebeu estímulos orientalizantes, materializados no espólio recolhido nas suas necrópoles e também na planta do habitat de Fernão Vaz, parecendo adequada a utilização do conceito que Martin Almagro introduziu e que foi recentemente redescoberta por Jimenez Ávila (2000) de pos-orientalizante.

Parece-me, assim, ser possível considerar que a região de Ourique pode ter constituído, durante esta época, uma área marginal, na acepção que Sherrat (1993) forneceu ao conceito de *margem*, quando utilizou o modelo dos «Sistemas Mundiais». Deste modo, a área em análise estaria, efectivamente, desconectada das relações existentes entre os «Centros» e a «Periferia», podendo considerar-se que os «Centros» corresponderiam, neste caso, ao Sul da Península Ibérica, concretamente às colónias fenícias ocidentais e ainda à área tartéssica, e a «Periferia» aos territórios indígenas fortemente orientalizados, como os que se reconhecem no litoral. A esta «Margem» chegaram, tardiamente e através do comércio, certos objectos, ou mesmo algumas inovações tecnológicas, mas a região parece ter ficado «à margem» das transformações socio-económicas que se operaram nas «Periferias».

4. O Algarve

Os dados sobre o mundo funerário algarvio são muito escassos, resumindo-se aos que resultaram dos trabalhos levados a efeito por Estácio da Veiga e Santos Rocha, no final do século XIX.

A necrópole de Fonte Velha de Bensafrim, concelho de Lagos, foi identificada por Sebastião Philippe Martins Estácio da Veiga, que se deslocou ao local no seguimento da descoberta de lápides epigrafadas

O mesmo arqueólogo viria a proceder a escavações arqueológicas na referida necrópole (VEIGA, 1891) e António dos Santos Rocha continuaria, em 1897, o trabalho de campo do arqueólogo algarvio (ROCHA, 1975).

Os resultados publicados pelos dois investigadores atrás citados permitem uma análise relativamente objectiva da realidade encontrada.

Assim, a necrópole da Idade do Ferro era de inumação e encontrava-se sob uma outra romana e de incineração. Era constituída por sepulturas de tipo cista que se espalhavam numa área vasta, não completamente definida, mas cuja largura não seria inferior a 300 m (VEIGA, 1891: 252). Estácio da Veiga escavou 17 monumentos e Santos Rocha 14, o que totaliza, na área intervencionada, 31 cistas.

As sepulturas, orientadas no sentido NNO/SSE, eram em geral rectangulares, havendo, no entanto, casos, embora raros, em que assumiam forma trapezoidal. Duas, destacavam-se, pela raridade da sua planta, uma triangular e uma semi-circular. O comprimento das sepulturas variava entre 1 m e 1.40 m e a largura entre os 0.50 m e 0.80 m. A grande maioria das cistas foi construída com lajes pouco espessas, cravadas verticalmente sobre a terra. As paredes que definiam a sepultura semi-circular eram de alvenaria. As sepulturas eram cobertas por lajes. Exceptuando um único caso, as cistas não estavam envolvidas por qualquer estrutura tumular. A excepção consiste num muro de alvenaria que define um espaço rectangular, no centro do qual se implantou uma sepultura rectangular (VEIGA, 1891, ROCHA, 1975).

Muitas das sepulturas não continham qualquer espólio, mesmo as que segundo Santos Rocha (*IBID.*: 130-133) não teriam sido alvo de qualquer violação. Nas sepulturas, dominavam os objectos de adorno constituídos por contas de colar de pasta vítrea, muitas das quais oculadas. As sepulturas ofereceram ainda escassos fragmentos cerâmicos, que nunca foram publicados, e alguns objectos de bronze e um «botão» de

ouro. Trata-se de um disco decorado, com 3.2 cm de diâmetro e orifício central. A decoração inscreve-se em áreas limitadas por círculos concêntricos e consta de pontos, espirais e linhas que definem objectos não identificáveis.

Importa também referir que das seis lápides epigrafadas encontradas na necrópole da Fonte Velha uma era parte integrante de uma cista, o que pressupõe uma sua segunda utilização, certamente depois de esgotada a sua função original. Este facto foi também verificado nas necrópoles de Ourique, como por exemplo Pêgo e Fonte Santa.

O que ressalta da análise da necrópole da Fonte Velha de Bensafrim é, por um lado, a sua extensão e, por outro, a relativa pobreza dos seus espólios, quase limitados aos adornos de pasta vítrea.

A informação disponível sobre as necrópoles de Cômoros da Portela, Père Jacques, e Alagoas é muito escassa. A primeira e a última não foram objecto de qualquer intervenção.

Cômoros da Portela localiza-se em S. Bartolomeu de Messines, concelho de Silves. Foi identificada por Estácio da Veiga, que se deslocou ao local para observar e recolher as lápides epigrafadas que aí tinham aparecido (VEIGA, 1891: 285-286). No sítio, tomou conhecimento da existência de várias sepulturas que estavam já destruídas. Soube ainda do aparecimento de cerâmica, de objectos de cobre ou bronze (*IBID.*) e pôde recuperar contas de colar de pasta vítrea, algumas oculadas (*IBID.*: 259). Segundo as informações que Estácio da Veiga recolheu, pode deduzir-se que também aqui se trata de uma necrópole de cistas, sendo admissível que tenham sido utilizadas lápides epigrafadas na construção de algumas delas.

Relativamente a Père Jacques, no concelho de Aljezur, apenas se sabe da existência de uma cista, cujo espólio era integralmente constituído por contas de colar em pasta vítrea. Também na construção desta cista foi utilizada uma lápida epigrafada (VIANA, FORMOSINHO e FERRREIRA: 1953).

Sobre a necrópole de Alagoas as informações são ainda em menor quantidade. José Leite de Vasconcellos informa apenas sobre a descoberta no local de Alagoas, em Salir, concelho de Loulé, de uma lápide que marcaria a cabeceira de uma sepultura (VASCONCELLOS, 1904).

Infelizmente, o estado ainda embrionário da Arqueologia no Algarve e o (des)conhecimento da ocupação sidérica da região não nos permite afirmar, com toda a segu-

rança, que as muitas lápides epigrafadas encontradas em numerosos locais do Barrocal algarvio [Benaciate (S. Bartolomeu de Messines, Silves), Dobra (Monchique), Vimieiro (Salir) e Barradas (Loulé)] (BEIRÃO, 1986) correspondam a necrópoles.

Parece ainda importante referir que as necrópoles identificadas não podem associar-se a qualquer povoado ou sítio de *habitat*, pelo que se desconhece em que tipo e estratégia de povoamento elas se poderiam integrar. É, por isso mesmo, grande o desconhecimento sobre a cultura material que as populações que construíram as necrópoles algarvias possuíam e quais as tecnologias que dominavam.

Um outro dado a reter é o facto de se desconhecem as necrópoles dos povoados litorais. Os locais de enterramento das populações de Castro Marim e Tavira nunca foram identificados. Existe assim, no Algarve, uma situação quase paradoxal, mas que traduz certamente uma conjuntura ultrapassável no futuro, e que se caracteriza rapidamente:

1. desconhecimento dos povoados na área onde as necrópoles foram identificadas;
2. desconhecimento das arquitecturas e dos rituais funerários dos sítios de *habitat* do litoral.

Não deve, também, esquecer-se que é difícil integrar estas necrópoles do ponto de vista cronológico. Os objectos recolhidos, mesmo as contas de colar de pasta vítrea, oculadas ou não, não são indicadores de cronologias isentos de erro, pelo que pode apenas deduzir-se que as necrópoles pertencem, sem outra especificação, «à Idade do Ferro». Mas a ligação ao mundo mediterrâneo é, no entanto, inegável.

Gostaria de insistir ainda no facto da reutilização das lápides epigrafadas parecer ser uma constante nas necrópoles algarvias, à semelhança aliás do que se verifica em outras áreas. Esta situação permite que seja possível admitir que aquelas lápides eram anteriores a estas necrópoles, desconhecendo-se, apesar de tudo, que tipos de sepulturas as lápides assinalavam. Mas ao parecer claro que aquelas lápides eram provenientes do mesmo local ficou demonstrado que a área estava já sacralizada no momento em que as necrópoles identificadas foram construídas. Das anteriores, onde algumas sepulturas estariam assinaladas por lápides, nada se sabe.

5. Discussão

Os dados atrás enunciados merecem ainda alguns comentários que os enquadrem num contexto mais geral.

Em primeiro lugar, tornou-se evidente que, ao nível da arquitectura, o litoral, tanto o algarvio como o ocidental, se distancia do que se conhece no interior.

Com efeito, tornou-se evidente que as necrópoles algarvias incluem cistas sem estrutura tumular envolvente, ao contrário do que se verifica no interior, concretamente no Baixo Alentejo, onde os monumentos se adossavam uns aos outros através de estruturas tumulares complexas. A distinção entre as duas arquitecturas funerárias é evidente e parece estar no seguimento do mesmo fenómeno observado durante a Idade do Bronze.

No que se refere à Idade do Bronze do interior, deve dizer-se que após a monumental obra de Schubart (1975), pouco mais trabalhos ocorreram, devendo contudo registar-se que as actualizações de Monge Soares na margem esquerda do Guadiana (1994) não alteraram o panorama arquitectónico conhecido. Assim, mantém-se a convicção que também as necrópoles da Idade do Bronze alentejano são monumentos complexos, onde várias estruturas tumulares adossadas enquadram pequenas cistas localizadas no seu centro, onde era efectuada a inumação.

Ainda no segundo milénio, as necrópoles litorais, tanto algarvias - Vinha do Casão, Loulé, (GOMES ET AL., 1986) - como alentejano (várias escavadas na área de Sines) são inumações, realizadas em cistas, mas não existe qualquer estrutura tumular que as enquadre, o que, naturalmente, lhes retira a monumentalidade evidente nas necrópoles do interior.

Assim, parece-me que os dados actualmente disponíveis permitem afirmar que, de facto, as necrópoles monumentais com sepulturas adossadas e os cemitérios de cistas, surgem durante o I milénio a.C., tal como nos finais do II, em áreas mutuamente exclusivas, as primeiras no interior e segundos no litoral. O que pode deduzir-se dos escassos elementos que possuímos sobre as sepulturas do Gaio, Sines, e de Torres Vedras indicam que no litoral ocidental também as necrópoles da Idade do Ferro correspondiam a cemitérios de cistas sem estruturas tumulares envolventes.

Neste contexto, faz sentido lembrar que também existe distinção entre as epígrafas sidéricas algarvia e alentejana, sendo perceptível uma variante paleográfica no

Algarve que desenvolveu um certo barroquismo na utilização dos signos e utilizou grande variabilidade nas fórmulas (CORREIA, 1997: 274).

Parece ser portanto apenas ao nível dos espólios que podemos encontrar afinidades. De facto, os materiais, sobretudo os adornos, recolhidos em ambas áreas evidenciam uma origem ou filiação comum, mas exógena. Deve, contudo, reconhecer-se que apesar da escassa variabilidade e mesmo qualidade e quantidade dos materiais recolhidos nas necrópoles de Ourique, por exemplo, estes são incomparavelmente mais numerosos e variados, quer formal quer tecnologicamente que os algarvios, situação que se tornaria ainda mais evidente se nesta avaliação incluíssemos o litoral alentejano.

Por outro lado, ao nível dos rituais praticados verifica-se que, na 2ª metade do I milénio a.C., a incineração em *ustrinum* é comum às duas regiões. Esta aparente unidade, conferida através da presença, neste amplo espaço, de urna cinerárias, está também presente na chamada I Idade do Ferro, quando as incinerações *in situ* ficaram demonstradas, mas não pode escamotear-se o facto de no interior e nesta fase a inumação ser ainda praticada em larga escala.

Deve ainda referir-se que é no litoral que se concentram as melhores evidências de presenças e/ou influências mediterrâneas. Não só os espólios das necrópoles de Alcácer do Sal ou Gaio apresentam, globalmente, óbvias características orientais, como os tipos de sepultura encontrados na primeira mostram muitas afinidades conceptuais com realidades fortemente colonizadas por populações com origem na fachada sirio-palestiniana, como por exemplo a Sardenha ou Ibiza. Neste contexto parece útil lembrar que o estuário do Sado corresponde a uma unidade geográfica onde a presença de navegadores/comerciantes orientais, com origem em Gádir, está muito bem documentada também ao nível do povoamento, podendo destacar-se os sítios de Abul, Castelo de Alcácer do Sal e Setúbal (MAYET e SILVA, 1993, 2000).

A associação do «braseiro com asas de mão» e do *oinikhoé* numa mesma sepultura em Torres Vedras deve também ser valorizada num quadro de relações intensas entre o litoral ocidental português e a área tartéssica. Ambos os recipientes, que integram os serviços rituais desta última, parecem ter desempenhado um importante papel num ritual funerário onde a prática da libação era constante. O aparecimento em Torres Vedras, em claro contexto funerário, das duas peças associadas permite pensar que os contactos existentes entre o litoral ocidental português e a região meri-

dional espanhola ultrapassaram as meras trocas comerciais, tendo-se também substanciado na adopção de rituais funerários de tipo oriental.

Tudo indica, no entanto, que o orientalismo que, ao nível do espólio, se detectou nas necrópoles do baixo Alentejo é um fenómeno tardio, e que terá aí chegado através de um processo de contactos com as áreas ribeirinhas. Através do curso do Sado, pode com facilidade atingir-se a região de Ourique, onde, aliás nasce aquele rio. Faz sentido trazer de novo à colação a hipótese de que esta região se ter constituído, neste processo, numa «Margem», «Margem» essa que esteve, a partir de um determinado momento, em contacto com a «Periferia».

A complexidade do mundo funerário proto-histórico do Sul de Portugal é vasta e ultrapassa em muito a breve síntese que aqui se ensaiou.

Parece, no entanto, possível admitir que as áreas litorais e interiores apresentam evidentes diversidades nos cenários da morte, pelo menos ao nível da concepção arquitectónica das suas necrópoles.

Para terminar, gostaria, portanto, de chamar a atenção para o facto de os dados das necrópoles mostrarem, eles também, que o território que constitui hoje o Sul de Portugal não correspondeu, durante a Proto-história, a uma unidade homogénea, nem em termos culturais nem sociais, independentemente de, na Idade do Ferro, parecer clara a existência de uma «entidade mediterrânea» comum. Que essa entidade se reveste de uma expressiva diversidade é o que ressalta dos elementos disponíveis, sendo quase redundante recordar que essa diversidade resultou, certamente também, de num tão amplo espaço geográfico se ter movimentado uma constelação de grupos humanos organizados em distintos sistemas sociais e traduzidos em diversos esquemas culturais.

Notas

¹ Investigadora da UNIARQ. Centro de Arqueologia. Faculdade de Letras. 1600-214 Lisboa. Portugal.
*m.arruda@mail.doc.fl.ul.pt

BIBLIOGRAFIA

Almagro Gorbea, Martin

(1977): *El Bronce Final y el Período Orientalizante en Extremadura*, CSIC-Universidad de Valencia, Biblioteca Prehistórica Hispana, 14, Madrid.

Alvar, Jaime

(1995): Avieno. Los fenicios y el Atlántico. *Kolaios*. Sevilha: Asociación cultural para el estudio de la Antigüedad, 4, p. 21-37.

Aubet, Maria Eugénia

(1986): Aubet, M. E. (1986) Los fenicios en España: estado de la cuestión y perspectivas. In G. Olmo y M. E. Aubet, *Los Fenicios en la Península Ibérica* 1: 9-30. , AUSA, Sabadell.

(1994): *Tiro y las colonias fenicias de Occidente*. Barcelona.

Arruda, Ana Margarida

(2002): *Los fenicios en Portugal. Fenicios y Mundo indígena en el Sul de Portugal. en torno a las historias posibles*. Cuadernos de Arqueología Mediterránea. 5.

Beirão, Caetano De Mello

(1986): *Une civilisation Protohistorique du Sud du Portugal - 1er Age du Fer*. Paris: Diffusion de Boccard.

Beirão, Caetano De Mello E Correia, Virgílio Correia

(1991): A cronologia do povoado de Fernão Vaz, *Conímbriga*. Coimbra, 30, p. 5-11.

(1994): Novos dados arqueológicos sobre a área de Fernão Vaz. In Mangas, J. y Alvar, J. (eds.), *Homenaje a José María Blázquez*: 285-302. Madrid: Ed. Clásicas.

Blázquez, José María

(1975): *Tartessos y los orígenes de la colonización fenicia en Occidente*, Madrid.

Blázquez, José María - Wagner Carlos E Alvar, Jaime

(1999): *Fenicios y cartagineses en el Mediterráneo*. Madrid, Catedra.

Carrilero Milán, Manuel

(1993): Discusión sobre la formación social tartésica. In ALVAR e BLÁZQUEZ eds. *Los enigmas de Tarteso*. Madrid: Cátedra. p. 163-185.

Correia, Vergílio

(1925a): Um amuleto egípcio da necrópole de Alcácer do Sal. *Terra Portuguesa*. Lisboa, 5, 41, p. 90-93. 1972. *Obras*, Volume 4, Estudos arqueológicos. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigen-sis, p. 195-200.

(1925b): Uma conferência sobre a necrópole de Alcácer do Sal. *Biblos*, 1 (7), p. 347-363. 1972. *Obras*, Volume 4, Estudos arqueológicos. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigen-sis, p. 151-167.

(1925c): Fechos de cinturão da necrópole de Alcácer do Sal. *Biblos*. Coimbra, 1 (6), p. 319-326. *Obras*, Volume 4, Estudos arqueológicos. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigen-sis, p. 187-194.

(1928): Escavações realizadas na necrópole de Alcácer do Sal em 1926 e 1927. *O Instituto*, 75, p. 190-201. 1972. *Obras*, Volume 4, Estudos arqueológicos. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigen-sis, p. 169-179.

(1930a): Alcácer do Sal. Esboço de uma monografia. *Biblos*. Coimbra, 1 (7), p. 40-59. 1972. *Obras*, Volume 4, Estudos arqueológicos. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigen-sis, p. 127-150.

(1930b): As fibulas da necrópole de Alcácer do Sal. *Biblos*. Coimbra, 6 (7-8), p. 504-509. 1972. *Obras*, Volume 4, Estudos arqueológicos. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigen-sis, p. 181-185.

Correia, Virgílio Hipólito

(1993): As necrópoles da Idade do ferro do sul de Portugal. *Arquitectura e rituais*. TAE (Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular). Porto: SPAE, 33, 3-4, p. 351-370.

(1996): A epigrafia da Idade do Ferro no sul de Portugal. Porto: *Ethnos*.

(1997): As necrópoles algarvias da I Idade do Ferro e a escrita do Sudoeste. In *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. p. 265-279.

Costa, José Miguel

(1966): O tesouro fenício ou cartaginês do Gaio (Sines). *Ethnos*. Porto. 5, p. 529-538.

(1972): O tesouro púnico-tartésico do Gaio. In *Actas das II Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 97-120.

Cuadrado, Emeterio

(1966): Reportorio de los recipientes rituales metálicos con «asas de manos» de la Península Ibérica. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid, 21, p. 5-76.

Frankenstein, Susan

(1997): *Arqueología del colonialismo. El impacto fenicio y griego en el sur de la Península Ibérica y el suroeste de Alemania*, Crítica, Barcelona.

Gamer-wallert, I. E Paixão, António Cavaleiro

(1983): A inscrição do escaravelho de Psamético I, da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires. Novos elementos para a sua interpretação. *Arqueólogo Português*, Lisboa, Série 4, I, p. 267-272.

Gomes, Mário Varela, Gomes, Rosa Varela - Beirão, Caetano Melo E Matos, José Luís

(1986) *A necrópole da vinha do Casão (Vilamoura, Algarve) no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste peninsular*. Trabalhos de Arqueologia. Lisboa: IPPC, 2.

Grau-zimmermann

(1978): Phonkische Metallkanen in den orientalisierenden Horizonten des Mittelmeerrames. *Madrid Mitteilungen*. Madrid, 19, p. 161-218.

Mathers, C. Y Stoddart, S. Ed.

(1994): Development and decline in the mediterranean bronze age. *Sheffields archacological monographs*.

Paixão, António Cavaleiro

(1970): *A necrópole do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal - Novos elementos para o seu estudo*. Lisboa. Tese de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa. Edição policopiada.

(1971): O recente achado do três escaravinhos na necrópole do Senhor dos Mártires em Alcácer do Sal. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra, p. 309-315.

(1983a): Uma nova sepultura com escaravelho da necrópole proto-histórica do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal). *Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, Série 4, 1, p. 273-286.

(1983b): Alcácer do Sal. *Informação Arqueológica*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 3: 55-59.

Perdigones Moreno, Lorenzo

(1991): La necrópolis fenicio-púnica de Cadiz (siglos VI a IV a .C.). In *Actas das I-IV Jornadas de Arqueologia fenicio-púnica (Ibiza 1986-89)*. Ibiza: Conselleria de Cultura, p. 221-232.

Perdigones Moreno, L. - Muñoz Vicente, A. Y Pisano, G.

(1990): La necrópolis fenicio-púnica de Cádiz, *Studia Punica*, 7.

Ponte, M. De La Salette

(1985): Algumas fibulas de Alcácer do Sal. *Arqueólogo Português*, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, série 4, 3, p. 137-153

Ramón Torres, Joan

(1995): *Las ánforas fenicio-púnicas del mediterráneo central y occidental*, Universitat, Barcelona.

Rocha, António Dos Santos

(1975): A necrópole proto-histórica da Fonte Velha, em Bensafrim. In *Memórias e explorações arqueológicas*. Coimbra: Universidade, 3, p. 127-141.

Schubart, Hermanfried

(1975): *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel*. MF. Berlim.

Schüle, W.

(1969): *Die Meseta-Kulturen. Der Iberischen Halbinsel*. M.F. 3, Walter de Gruyter y C&. Berlim.

Sherrat, Andrew

(1994): Core, periphery and margin: perspectives on the Bronze age, In Mathers, C. y Stoddart, S. eds.: 335-346

Soares, António Monge

(1994): O bronze do Sudoeste na margem esquerda do Guadiana. As necrópoles do Concelho de Serpa. In *Actas das V Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, 2, p. 179-197.

Tavares, António Augusto Ed

(1993): *Os fenícios no actual território português. Estudos Orientais*. Lisboa: Universidade Nova. 4.

Trindade, Leonel E Ferreira, Octávio Da Veiga

(1965): Acerca do vaso "piriforme" tartéssico de bronze do Museu de Torres Vedras, *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, p. 175-183.

Uberti, Maria Luisa

(1988): I vetri, In *I Fenici*. Bompiani, Milão p. 474-490,

Veiga, Sebastião Philippe Martins Estácio Da

(1887): *Antiguidades monumentaes do Algarve*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. 2.

(1891): *Antiguidades monumentaes do Algarve*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. 4.

(1910): *Antiguidades monumentaes do Algarve. Archeólogo Português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1ª Série, 15, p. 209-233.

Viana, A. Formosinho, J. E Ferreira, Octávio Da Veiga

(1953): De lo preromano a lo arabe en el museo regional de Lagos. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid: Ministério de Cultura. 26, p. 113-138.



Fig. 1- Localização, na Península Ibérica, dos sítios citados no texto.

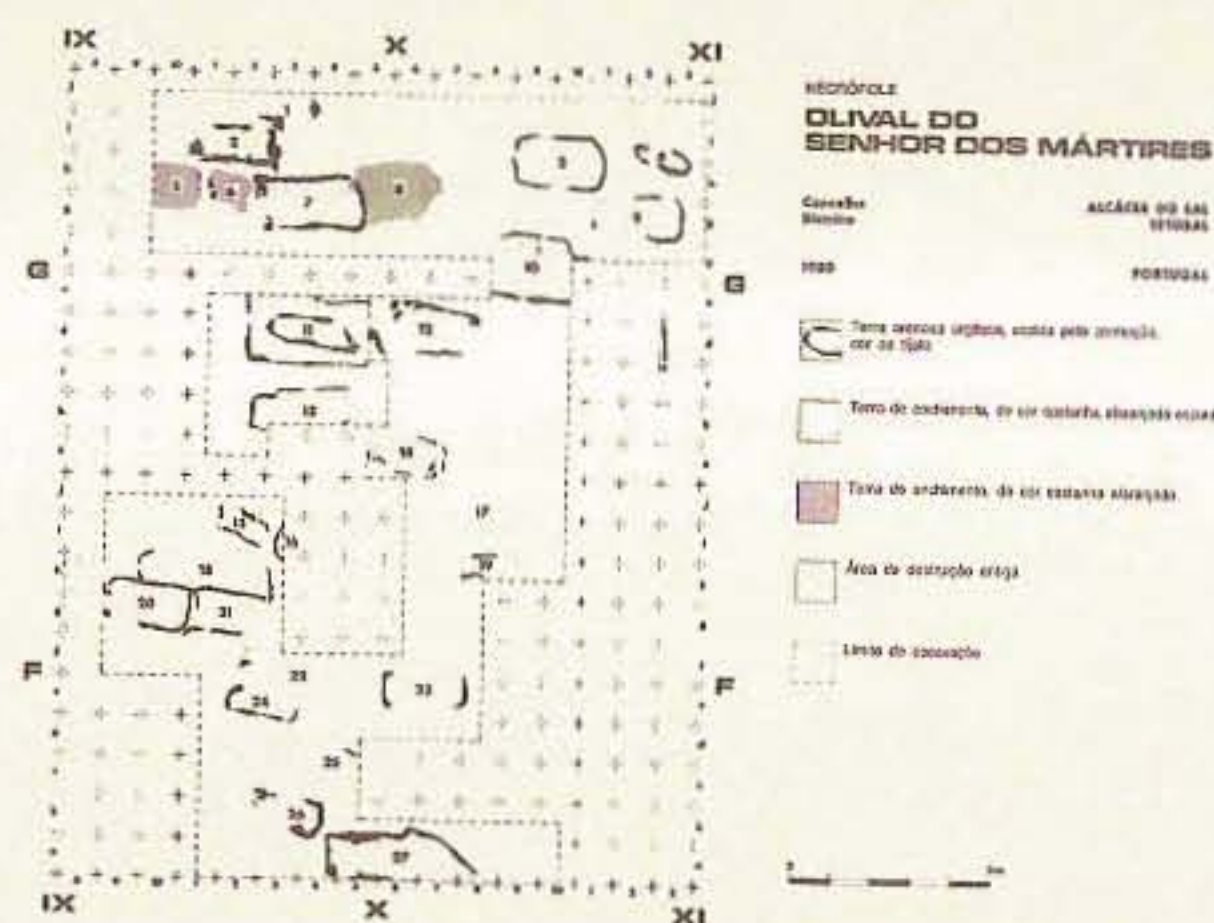


Fig. 2- Planta de necrópole do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal). Segundo Paixão, 1983: 280-81, Fig. 4



Fig. 3- Escaravelho da necrópole do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal), possivelmente recolhido em sepulturas de tipo 3 ou 4. Segundo Paixão, 1983:285, Fig. 6.

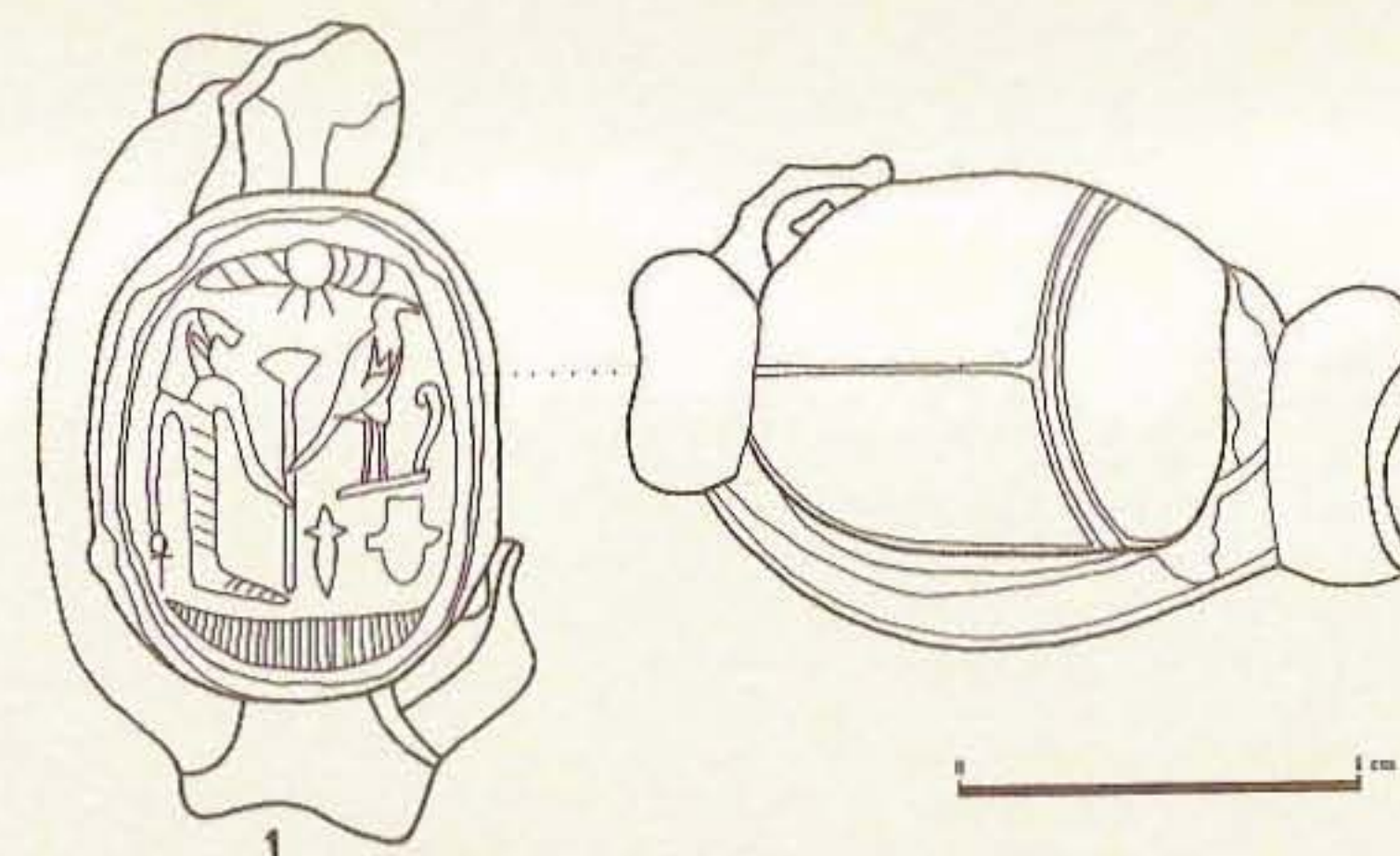


Fig. 4- Escaravelho da necrópole do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal), possivelmente recolhido em sepulturas de tipo 3 ou 4. Segundo Gámer-Wallert e Paixão, 1983: p. 271, Fig. 2.

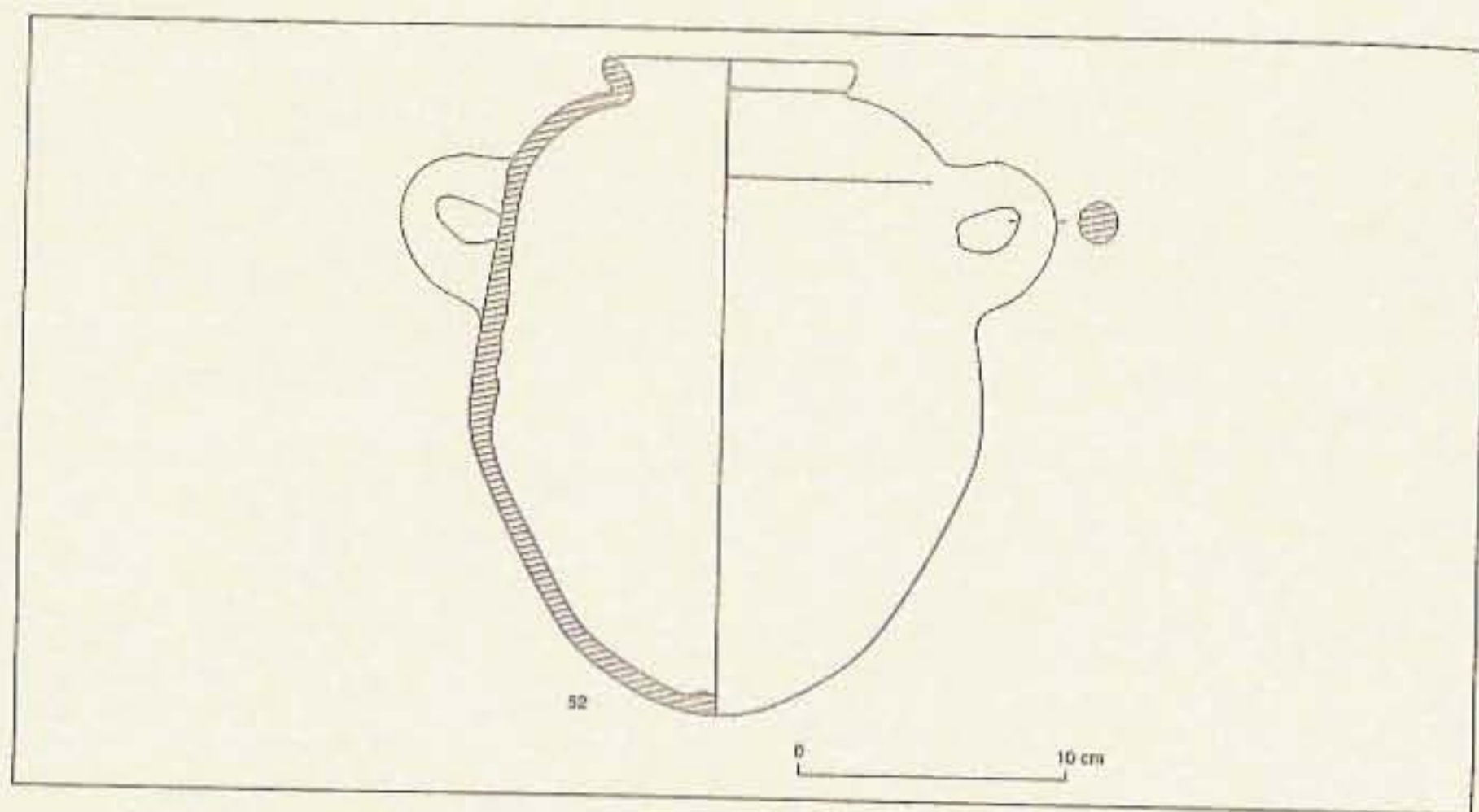


Fig. 5- Ânfora da necrópole do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal), possivelmente recolhido em sepulturas de tipo 3 ou 4. Segundo Frenkenstein, 1997: p. 325, lámina 5



Fig.6- Fíbulas da necrópole do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal), possivelmente recolhido em sepulturas de tipo 3 ou 4. Segundo Ponte, 1985: p. 150, nº 1-4.

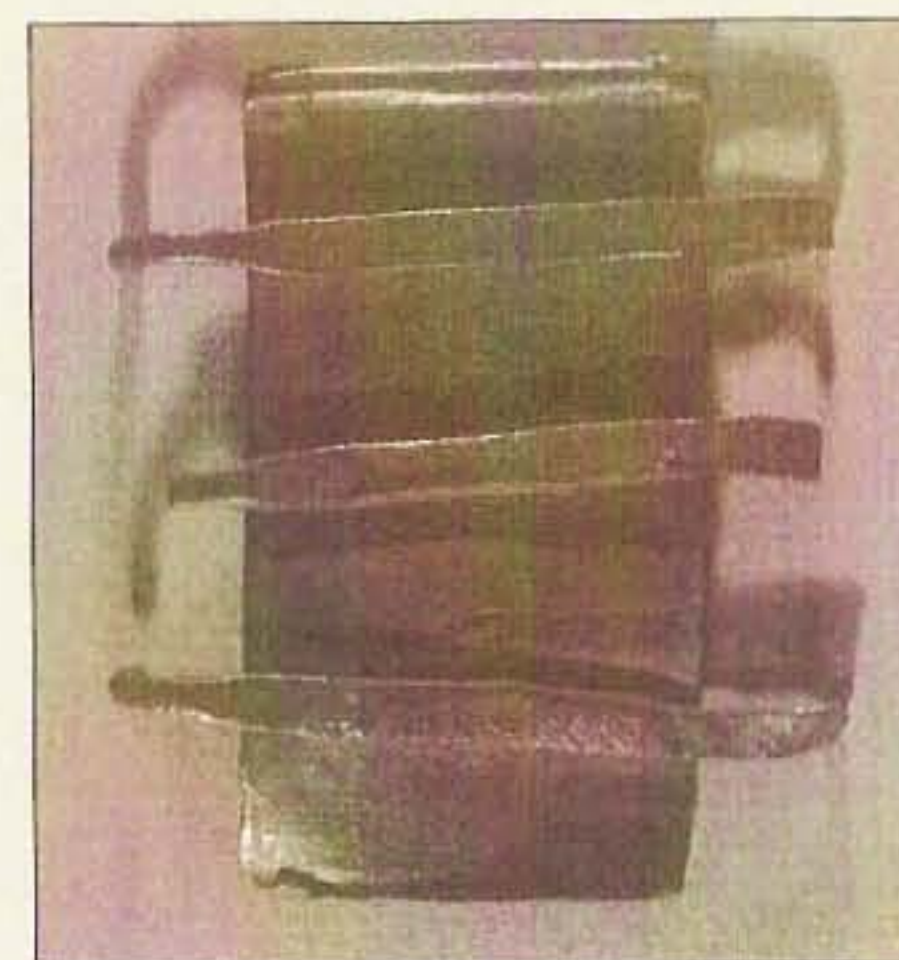


Fig. 7- Fecho de cintarão - macho - de tipo «tartéssico», tipo 4a de Cuadrado, proveniente da necrópole do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal), possivelmente recolhido em sepulturas de tipo 3 ou 4. Foto Victor S. Gonçalves.



Fig. 8 - Fecho de cintarão - fêmea- de tipo «tartéssico», tipo 4a de Cuadrado, proveniente da necrópole do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal), possivelmente recolhido em sepulturas de tipo 3 ou 4. Foto Victor S. Gonçalves.

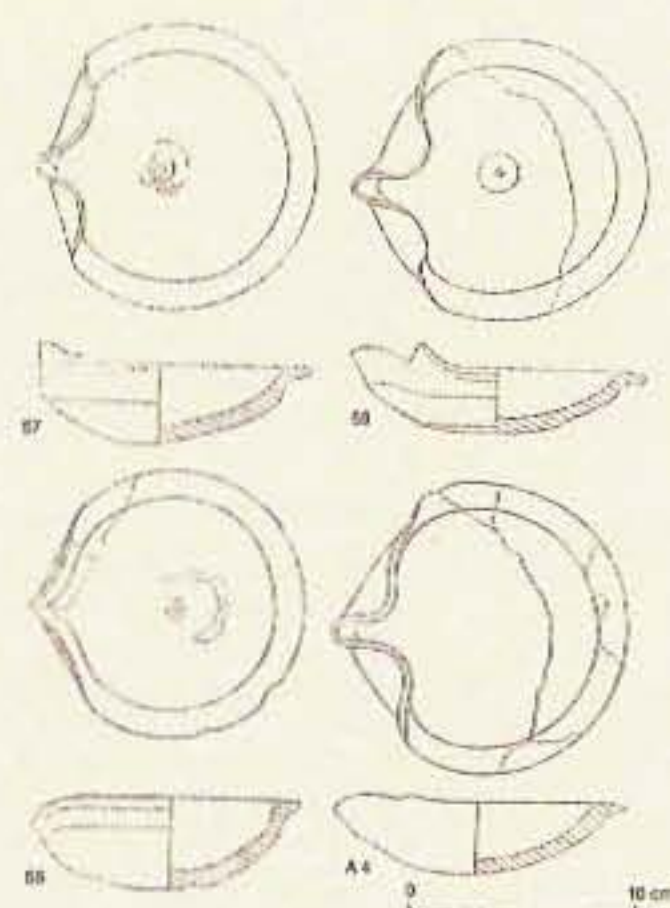


Fig. 9 - Lucernas de uma só mecha provenientes da necrópole do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal), possivelmente recolhidas em sepulturas de tipo 2. Segundo Frankenstein, 1997: p. 330, lâmina 58).



Fig. 10 - Fecho de cinturão, de tipo DIII de Cerdeño Serrano, proveniente da necrópole do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal), possivelmente recolhidas em sepulturas de tipo 2. Foto Victor S. Gonçalves.

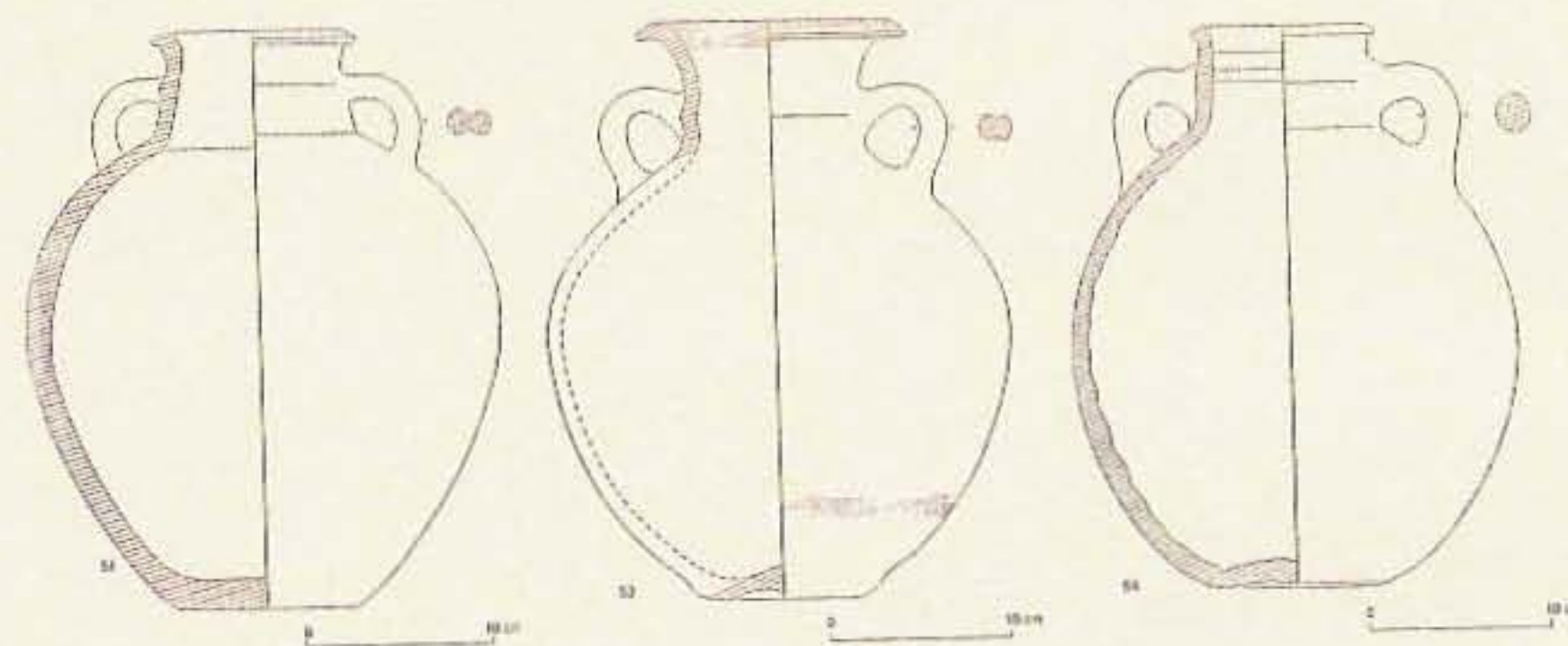


Fig. 11 - Urnas Cruz del Negro da necrópole do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal), possivelmente integrantes das sepulturas de tipo 2. Segundo Frankenstein, 1997: p. 324-325, lâminas 48-50.

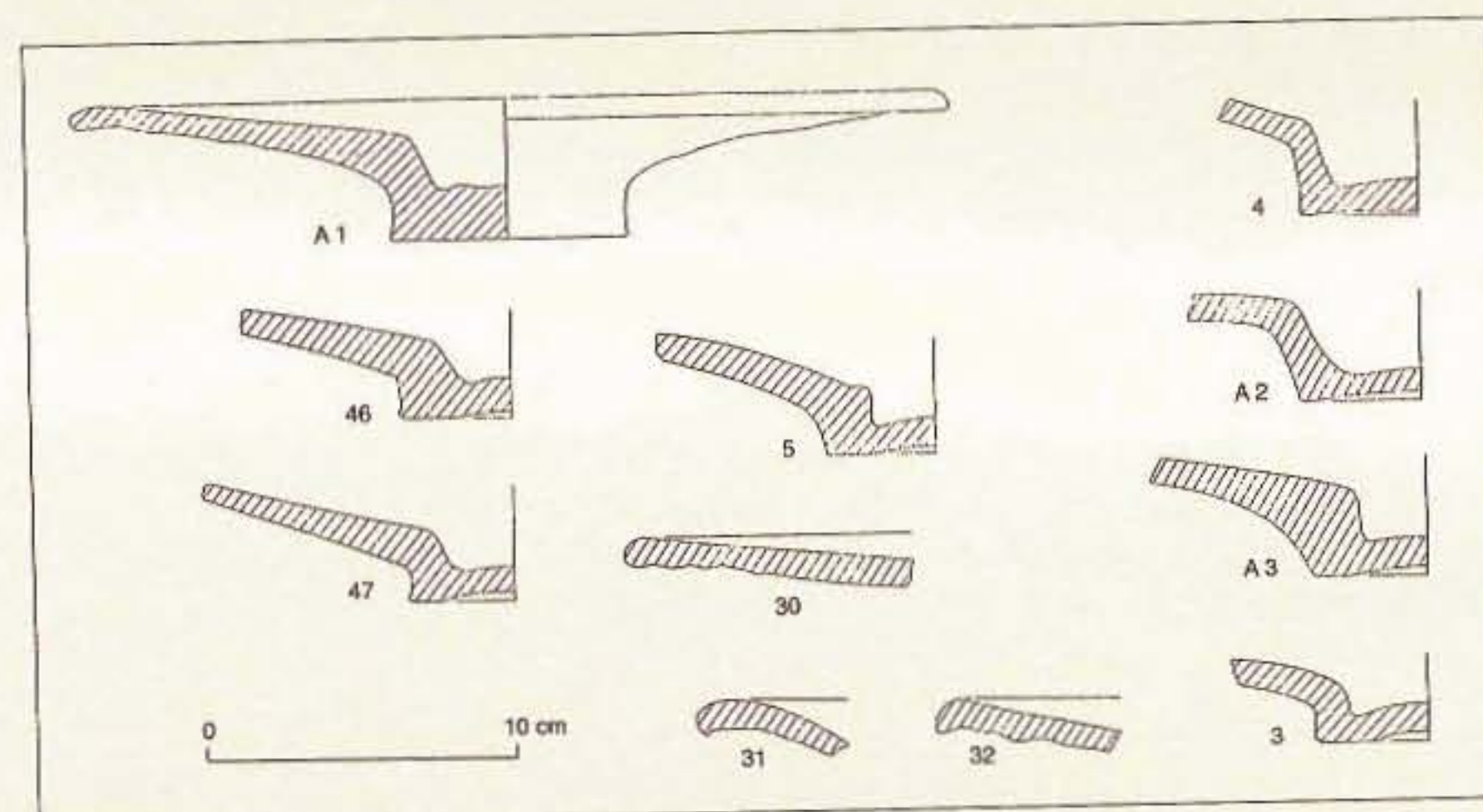


Fig. 12 - Pratos de peixe da necrópole do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal), possivelmente das sepulturas de tipo 2. Segundo Frankenstein, 1997: p.329, lâmina 57.



Fig. 13 - Par de arrecadas e colar articulado que integravam o chamado «tesouro» do Gaio (Sines). Segundo Alarcão, 1996: p. 239.

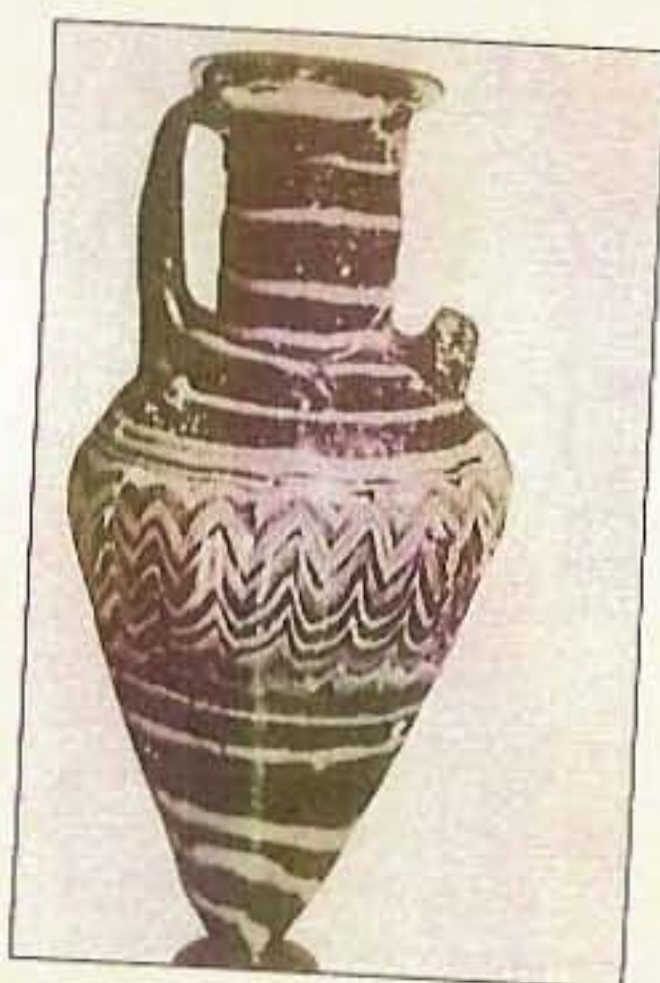


Fig. 14 - Amphoriskos de pasta vítrea (Grupo I de Harden) que integrava o chamado «tesouro» do Gaio (Sines). Foto Victor S. Gonçalves.

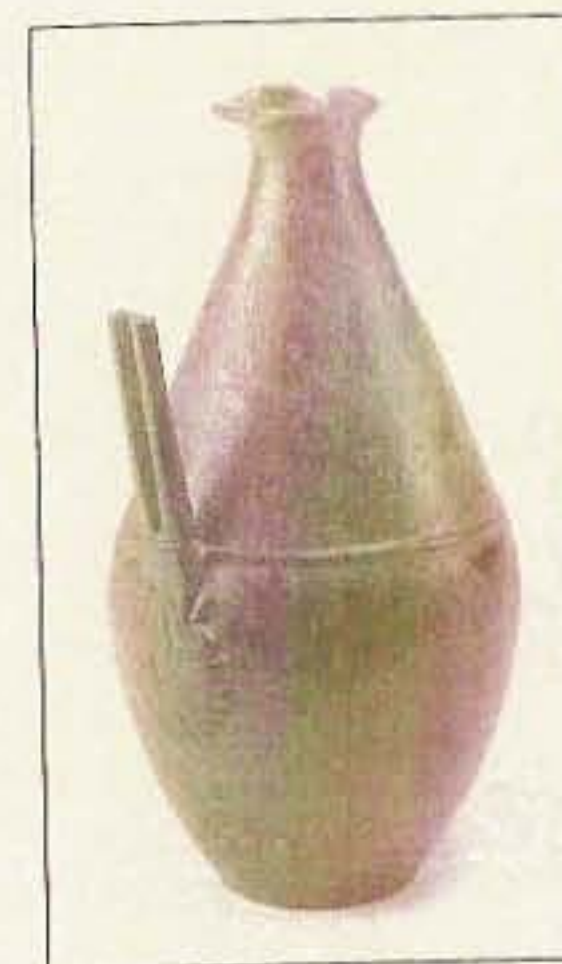


Fig. 15 - Oinochoe, de tipo BI de Grau-Zimmermann, proveniente da sepultura do Casal de S. João (Torres Vedras). Foto Victor S. Gonçalves.



Fig. 16 - Pormenor da palmeta que ligava a asa ao corpo do Oinochoe, da sepultura do Casal de S. João (Torres Vedras). Foto Victor S. Gonçalves.

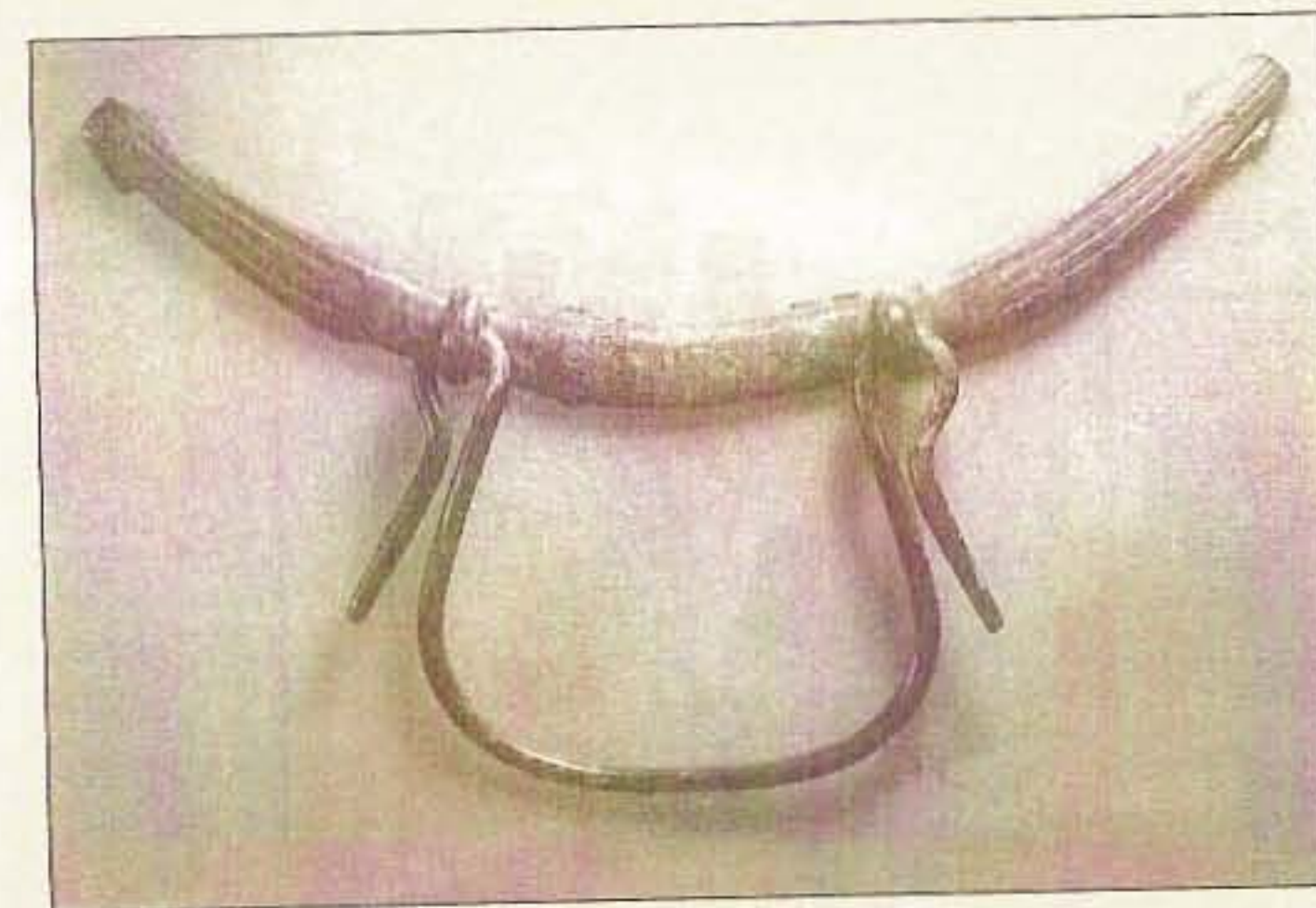


Fig. 17 - Asa do «braseiro» da sepultura do Casal de S. João (Torres Vedras). Foto Victor S. Gonçalves.

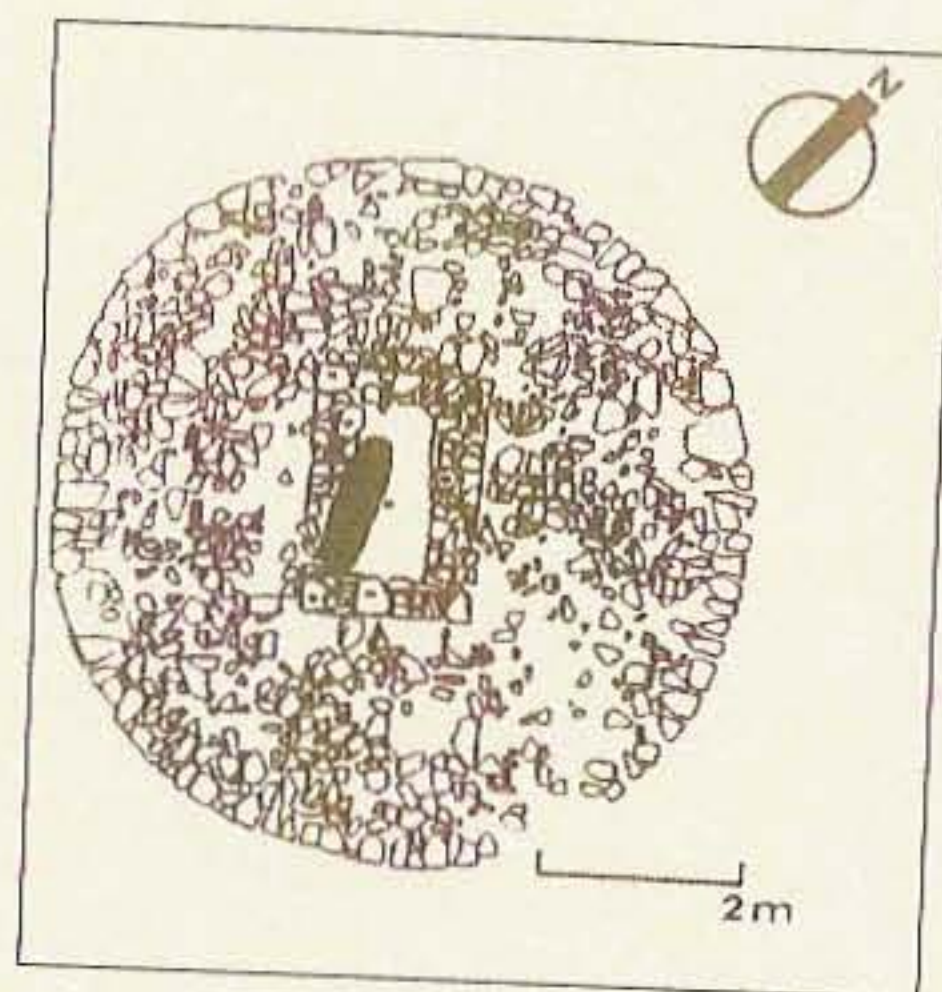


Fig. 18 - Planta da sepultura de Pego da Sobreira (Ourique). Segundo Correia, 1993: p. 372, Est. II, nº 2.

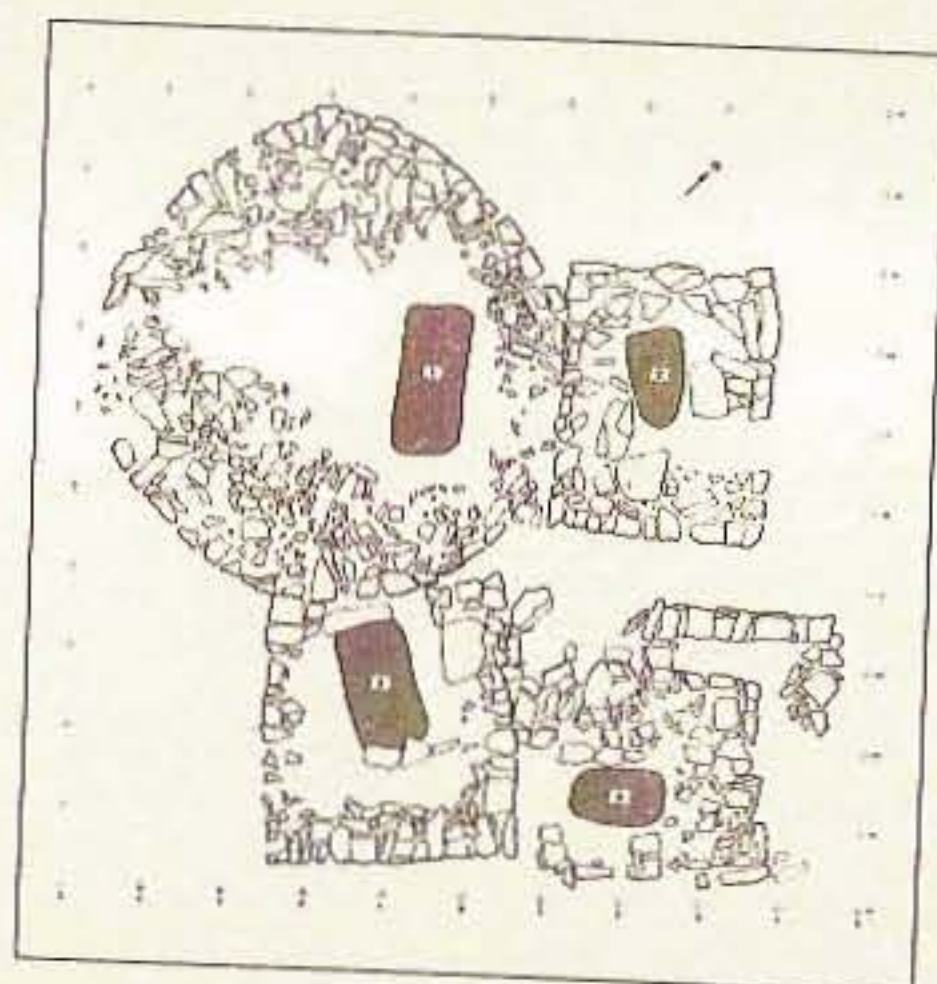


Fig. 19 - Planta do sector b da necrópole da Chada (Ourique). Segundo Beirão, 1986: p.84, fig. 21b.

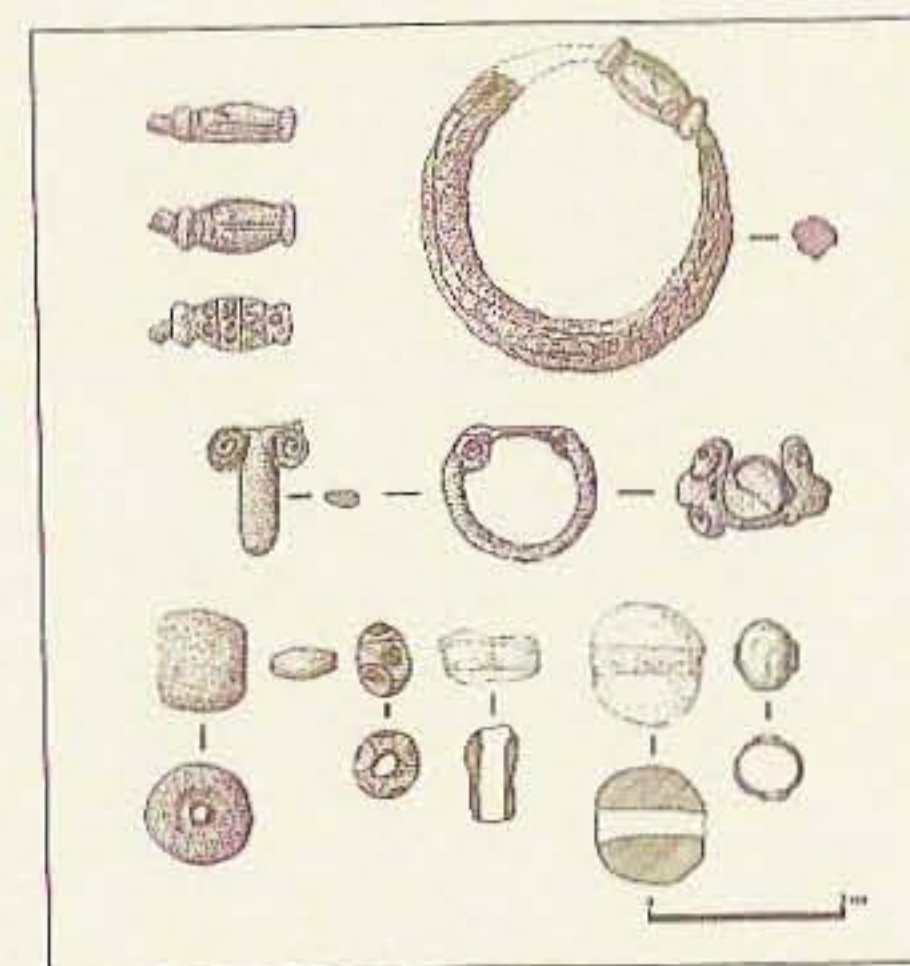


Fig. 20 - Espólio de um túmulo de incineração da necrópole da Favela Nova. Segundo Dias e Coelho, 1983: p. 202.

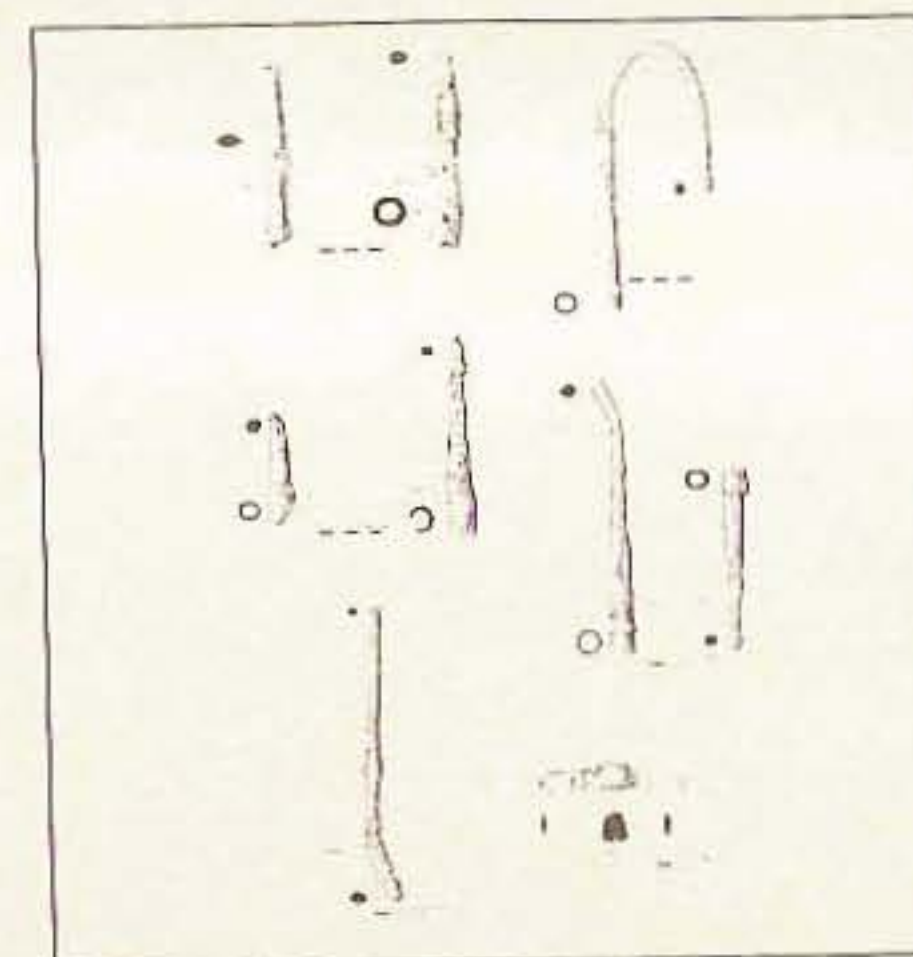


Fig. 21 - Lanças e faca da necrópole da Chada. Segundo Beirão, 1986: p. 88, 90-94.

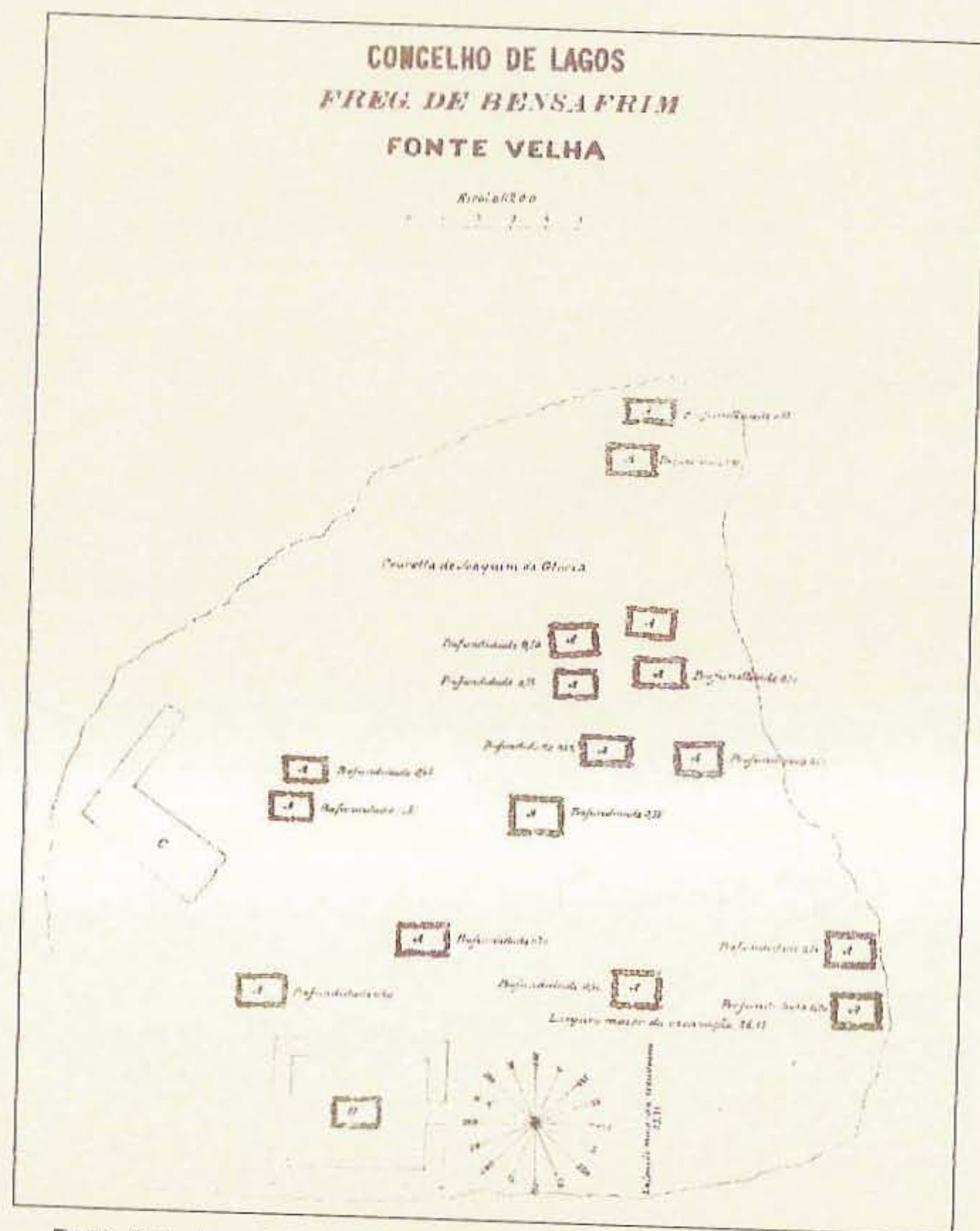


Fig. 22 - Planta da necrópole de Fonte velha de Bensafim. Segundo Veiga, 1891, estampa XXVII.

Humanos en la mesa de los dioses: la escatológica fenicia y los frisos de Pozo Moro.

Fernando LÓPEZ PARDO - Madrid

Es absolutamente cierto que sobre las concepciones de Ultratumba en el mundo fenicio-púnico es muy poco lo que sabemos, debido al laconismo de las inscripciones funerarias y a la escasez de datos alusivos al tema en autores griegos y latinos, totalmente insuficientes (Ribichini, 1991: 125). Por su parte, a pesar de los recientes y minuciosos análisis contextuales de los registros funerarios, la falta precisamente del soporte de una documentación textual extensa dificulta y hace inseguro un acercamiento por esta vía. Es por otro lado evidente que las figuras y demás objetos depositados en las tumbas participan de la elipsis simbólica característica de la cultura fenicia que obliga al ejercicio casi imposible de conocer el prácticamente desaparecido fondo mítico/religioso que se esconde tras ellos.

La religión fenicio-púnica de la Edad del Hierro muestra una notable continuidad respecto a sus antecedentes de la Edad del Bronce, perceptible a través de la documentación ugarítica que nos ha provisto un *corpus* mítico y religioso excepcional (Bonnet y Xella, 1995: 317; Lipinski, 1995, *passim*; Olmo Lete, 1996: *passim*), lo cual no obsta que se deban tomar y se tomen las reservas oportunas acerca de la fosilización o no de los elementos que permanecen después. El caso es que dicha documentación, cuando falta la correspondiente a la Edad del Hierro, nos ha servido para desvelar parcialmente el fondo escatológico fenicio de dos frisos pertenecientes al monumento funerario de Pozo Moro (en adelante P.M.) en Albacete. Los beneficios